



RESOLUÇÃO Nº 056/2020-CI/CSA

CERTIDÃO

Certifico que a presente resolução foi afixada em local de costume, neste Centro, e no site www.csa.uem.br, no dia 16/12/2020.

Samarina de Abreu Bonatto,
Secretária.

Aprova “ad referendum” o novo Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública – Modalidade à Distância.

Considerando o contido no Estatuto e no Regimento da Universidade Estadual de Maringá;

Considerando o contido no Art. 16 da Resolução nº 035/2018-COU;
Considerando o contido no ofício nº 009/2020-ADM/PUB, (Expediente nº 5306/2020-PRO) de 10 de dezembro de 2020;

Considerando o contido na ATA da 1ª Reunião do Núcleo Docente Estruturante, realizada em 10 de dezembro de 2020;

Considerando o contido no Ofício nº 128/2020-DAD, com data de 15 de dezembro de 2020, que aprova “ad referendum” novo Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado e Administração – Pública – Modalidade a Distância;

Considerando que não há previsão de reunião do CI/CSA para os próximos dias e o assunto deve ser encaminhado em caráter de urgência.

O CONSELHO INTERDEPARTAMENTAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS APROVOU E EU, DIRETORA EM EXERCÍCIO, SANCIONO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovada “ad referendum” o novo Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Administração Pública – Modalidade à Distância, para ingressantes a partir do ano letivo de 2021, conforme Anexo I desta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir de 15 de dezembro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA.
CUMPRA-SE.

Maringá, 16 de dezembro de 2020.

Prof.ª Gisele Mendes de Carvalho,
Diretora.



ANEXO I



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE
NÍVEL SUPERIOR – CAPES
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – DED
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA –
PNAP

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA – MODALIDADE A DISTÂNCIA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Comissão de Apoio à Diretoria de Educação a Distância na Gestão do PNAP

Prof.^a Dra. Ana Maria Ferreira Menezes (UNEB)
Prof. Dr. Ciro Campos Christo Fernandes (ENAP)
Prof.^a Dra. Clícia Maria de Jesus Benevides (UNEB)
Prof. Dr. Helton Cristian de Paula (UFOP)
Prof. Dr. Paulo Emilio Matos Martins (UFF)
Prof. Dr. Ricardo Jorge da Cunha Costa Nogueira (UFAM)
Prof.^a Dra. Vanessa Costa e Silva (FIOCRUZ)



IDENTIFICAÇÃO E OBJETIVO DO PROCESSO

IDENTIFICAÇÃO:

Mantenedora:
GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

Instituição Mantida:
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Curso: Administração Pública
Habilitação: Bacharelado
Modalidade: Educação à Distância
Unidade
de Ensino: Centro de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento
Responsável: Departamento de Administração
Pólos de funcionamento:

- Assai
- Astorga
- Bela Vista do Paraíso
- Cidade Gaúcha
- Cruzeiro do Oeste
- Diamante do Norte
- Engenheiro Beltrão
- Goioerê
- Itambé
- Nova Londrina
- Nova Santa Rosa
- Paranavaí
- Sarandi
- Ubitatã
- Umuarama

Vagas: Até 750 vagas.



Carlos Massa Ratinho Junior
Governador do Estado do Paraná

Aldo Nelson Bona
Superintendente de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Júlio César Damasceno
REITOR

Ricardo Dias Silva
VICE-REITOR

Alexandra de Oliveira Abdala Cousin
PRO-REITORA DE ENSINO

Maria Eunice Franca Volsi
DIRETORA DE ENSINO DEGRADUAÇÃO

Gisele Mendes de Carvalho
DIRETORA DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

Prof. Dr. Vicente Chiaramonte Pires
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

COORDENADOR DO CURSO
Prof. Dr. Adm. Fabrizio Meller da Silva
Estatutário – Professor Adjunto – TIDE
Graduado em Administração, 2002, UniCesumar - Centro de Ensino Superior de Maringá
Mestrado em Gestão de Negócios, 2009, Universidade Estadual de Maringá
Doutorado em Administração, 2016, Universidade Positivo

COORDENADOR ADJUNTO DO CURSO
Prof. Dr. Adm. Valdir Gomes
Possui graduação em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (1984), mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (2014)



DIRETORA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
JOSIMAYRE NOVELLI

Graduada em Letras Português Inglês, 2002, Universidade Estadual de Maringá
Mestre em Estudos da Linguagem e Formação de professores, 2008, Universidade Estadual de Londrina
Doutora Estudos da Linguagem e Formação de Professores, 2015, Universidade Estadual de Londrina

COORDENADOR DO CURSO

Fabrizio Meller da Silva

Estatutário – Professor Adjunto – TIDE

Graduado em Administração, 2002, Centro de Ensino Superior de Maringá
Mestrado em Gestão de Negócios, 2009, Universidade Estadual de Maringá
Doutorado em Gestão de Negócios, 2016, Universidade Positiva

COORDENADOR ADJUNTO DO CURSO

Prof. Dr. Valdir Gomes

Possui graduação em Administração pela Universidade Estadual de Maringá (1984),
mestrado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina
(2001) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (2014)



ELABORAÇÃO DO PROCESSO (Contatos):

Gabriela Rodrigues Fernandes

Técnica Universitária, responsável pela secretaria do curso.
Universidade Estadual de Maringá /NEAD
Av. Colombo, 5.790 - Câmpus Universitário
CEP 87020-900 - Maringá - PR
Fones: (44) 3011-3751 - 3011-5951
E-mail: grfernandes2@uem.br

Fabrizio Meller da Silva

Estatutário – Professor Adjunto – TIDE
Graduado em Administração, 2002, Centro de Ensino Superior de Maringá
Mestrado em Gestão de Negócios, 2009, Universidade Estadual de Maringá
Doutorado em Administração, 2016, Universidade Positivo
E-mail: fmsilva@uem.br



APRESENTAÇÃO

O Curso de Bacharelado em Administração Pública, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, foi elaborado a partir da Resolução nº 1, de 31 de janeiro de 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Administração Pública. No entanto, a oferta desse curso não começa com o presente Projeto Pedagógico de Curso (PPC), que, na realidade, se constitui em um processo de aprimoramento de um percurso que se iniciou, nos anos de 2006, com a oferta do curso piloto.

O curso piloto de graduação em Administração inaugurou, efetivamente, a UAB em 2006. Foi iniciado com a participação de 25 universidades públicas brasileiras – federais e estaduais – com mais de 10.000 estudantes em vários estados. Isso foi possibilitado com a parceria entre o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação a Distância (SEED), o Banco do Brasil (integrante do Fórum das Estatais pela Educação) e as universidades públicas que aderiram ao projeto.

Esse curso, em nível de bacharelado, com duração de quatro anos e meio, foi organizado em nove módulos semestrais, com carga horária total de 3.000 (três mil) horas. Além de participar dos encontros presenciais, que ocorriam preferencialmente aos sábados, o estudante desenvolvia atividades à distância, como estudo do material didático e trabalhos escritos, estudo de casos, pesquisas e acompanhado por um sistema de tutoria que permitia o monitoramento do seu desempenho.

Com a supervisão da SEED/MEC e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes) que ofereceram o curso piloto se reuniam (por meio de um Fórum) de três em três meses para avaliar o andamento da experiência, avaliar a modalidade, discutir os métodos de ensino e de aprendizado, tomar decisões sobre o material didático e, sobretudo, socializar as experiências para garantir qualidade do curso. Esse Fórum foi uma experiência ímpar no setor público brasileiro, pois coordenava uma rede de Ipes que atuou colaborativamente na busca de um objetivo comum, ou seja, o ensino público de administração a distância gratuito e de qualidade.

O projeto piloto para o curso de Administração serviu como referência para a criação do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), que foi concebido para ofertar o curso de Bacharelado em Administração Pública e três especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso do bacharelado, foi constituída uma comissão composta pelos Professores Doutores Eliane Moreira Sá de Souza (UFG), Neiva de Araújo Marques (UFMT), Oreste Preti (UFMT) e Paulo Guedes (UFBA).



Assim, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de instituições de ensino federais e estaduais para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas. O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a orientação de reunir-se em Fóruns Nacionais, que visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas no âmbito da UAB, de modo a implementar ações em prol de melhor qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010; no segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já se discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos; o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis (Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Bacharelado em Administração Pública e Especializações em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde, na modalidade de Educação a Distância (EaD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências, as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Capes.

Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cleinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que contribuíram sobremaneira para a consolidação do presente projeto.

Brasília, 02 de agosto de 2018.
Luiz Alberto Rocha de Lira
Coordenador



SUMÁRIO

1 – Dados de Identificação do Curso	12
2 – Introdução	13
3 – Justificativa	17
4 – Universidade Aberta do Brasil: objetivos	19
5 – Diretoria de Educação a Distância da Capes	20
6 – Caracterização regional	21
7 – Integração e articulação da Educação a Distância da (Ipes) ao Sistema Universidade Aberta do Brasil	29
8 – Aspectos institucionais	30
8.1 – Missão	35
8.2 – Princípios e valores	35
8.3 – Outros aspectos	36
9 – Concepção do Curso Administração Pública a distância	38
9.1 – Diretrizes metodológicas para formação do Curso	39
9.2 – Dimensões de formação	40
9.3 – Concepção pedagógica do Curso	41
9.3.1 – Objetivo geral	42
9.3.2 – Objetivos específicos	42
9.4 – Perfil do egresso	43
9.5 – Organização curricular	46
9.6 – Carga horária	47
9.7 – Matriz curricular	47



.../Resolução nº 056/2020-CI/CSA

fls. 11

9.8 – Conteúdo programático	50
9.9 – Disciplinas eletivas	51
9.10 – Temas Contemporâneos na Gestão Pública	51
9.11 – Estágio Supervisionado	51
9.12 – Atividades Complementares	52
10 – Estrutura Administrativo-Pedagógica	53
10.1 – Equipe Multidisciplinar	54
10.2 – Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar	56
10.3 – Docentes que participam da Gestão do Curso	57
11 – Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico-Administrativa	57
11.1 – Sistema de Tutoria	58
11.2 – Encontros presenciais	61
12 – Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem	61
12.1 – Avaliação Institucional	62
12.2 – Avaliação dos Subsistemas de EaD	63
12.3 – Avaliação de Aprendizagem	67
13 – Processo de Comunicação-interação entre os participantes	70
REFERÊNCIAS	71
ANEXO A – Sugestão de Fluxo	72
ANEXO B – Ementário	73
ANEXO C – Corpo Docente que participa da Gestão do Curso	130
ANEXO D – Regimento de Estágio	136



1 – Dados de Identificação do Curso

a) Nome do curso: Bacharelado em Administração Pública

b) Proponente:
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS (CSA)
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO (DAD)

c) Público-alvo:
Interessados em estudar e discutir a temática de governo e Administração Pública. Servidores de todos os níveis e poderes do Estado. E todo público externo interessado. Com entrada, mediante, procedimento de vestibular.

d) Número de vagas:
Serão ofertadas até 750 vagas, distribuídas nos Polos de Educação a Distância (UAB), principalmente no Estado do Paraná.

e) Formas de ingresso:
Processo Seletivo

De acordo com a Resolução nº.119/2005 do CEP que regulamenta os cursos na modalidade de ensino a distância, no seu artigo 7º, o processo seletivo será realizado pela Comissão Central do Vestibular (CVU) em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino (PEN). Como se trata de um curso na modalidade à distância, o processo seletivo não obedecerá, necessariamente, ao calendário da Universidade Estadual de Maringá (UEM), podendo ser realizado em período específico.

f) Duração do curso:
Mínimo 8 semestres e máximo 12 semestres para integralização curricular.

g) Previsão para início das atividades:

Início do ano letivo de 2021, conforme calendário da Universidade Estadual de Maringá.

2 – Introdução

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando consecução e fomento dos cursos da UAB, e, conseqüentemente, democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade a distância, integrante do Programa Nacional de Formação



em Administração Pública (PNAP) e operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional.

Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, a Universidade Estadual de Maringá oferece o Curso de Bacharelado em Administração Pública no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do Curso de Administração Pública – Resolução n. 1, de 13 de maio de 2014;
- Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);
- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- UEM

Resolução nº. 079/04-CEP – Aprova Diretrizes do Ensino de Graduação da Universidade Estadual de Maringá.

- Resolução nº. 119/05-CEP – Normas para organização e funcionamento de cursos na modalidade a Distância.

LEGISLAÇÃO QUE REGULA A PROFISSÃO QUE O CURSO HABILITA A EXERCER

- Lei nº 4.769, de 9 de setembro de 1965 - regulamenta a profissão do Administrador.
- Decreto Nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967 - Aprova regulamentação da Lei nº 4769/65, de 9 de setembro de 1965, que dispõe o exercício da profissão de Administrador.
- Decreto nº 70.673, de 05 de junho de 1972 - Altera o regulamento aprovado pelo Decreto nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967, que dispõe sobre o exercício da profissão de Administrador, e dá outras providências.
- Resolução nº 353, de 9 de abril de 2008 – aprova o novo código de ética Profissional do Administrador (CEPA) e o Regulamento do Processo Ético do Sistema CFA/CRA's, e dá outras providências.



As DCNs para o Curso Bacharelado em Administração Pública estabelecem uma estrutura mínima para o PPC, contemplando os elementos estruturais a seguir, os quais integram este documento:

- I. objetivos gerais do curso, contextualizados em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social;
- II. condições objetivas de oferta e vocação do curso;
- III. cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
- IV. formas de realização da interdisciplinaridade;
- V. modos de integração entre teoria e prática;
- VI. formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
- VII. modos de integração entre graduação e pós-graduação;
- VIII. incentivo à pesquisa como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento à iniciação científica;
- IX. concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado e suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;
- X. concepção e composição das atividades complementares; e
- XI. inclusão obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

3 – Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados-membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, este foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades



em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa responsabilmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da Administração Pública tem adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da Administração Pública passa a demandar ações de capacitação e preparação da força de trabalho para as tarefas da Administração Pública contemporânea.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, também, os gestores nos níveis estadual e municipal.

Dessa forma, tanto no desenho de novas estruturas organizacionais quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.). Nos âmbitos estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que esses níveis de governo possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais. É preciso que seja dada oportunidade aos cidadãos e à esfera pública em todo o Brasil de se capacitarem para o exercício da administração pública profissional, particularmente através da oferta de cursos no território nacional. Nesse sentido, salienta-se a importância deste curso.



4 – Universidade Aberta do Brasil: objetivos

De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância;
- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

5 – Diretoria de Educação a Distância da Capes

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio da concessão de bolsas e auxílios, de planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EaD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.



6 – Caracterização regional

A Universidade Estadual de Maringá (UEM) foi criada pela Lei Estadual Nº 6.034, de 06/11/69 (D.O.E. de 10/11/69 p. 1) - Autoriza a criação das Universidades Estaduais de Londrina, Maringá e Ponta Grossa e a Federação das Escolas Superiores de Curitiba.

O Decreto Estadual Nº 18.109, de 28/01/70 (D.O.E. de 30/01/70 p. 1) - Cria, sob forma de fundação, a Universidade Estadual de Maringá e dá outras providências.

O Decreto Estadual Nº 532/75, de 26/05/75, aprova em caráter definitivo o Estatuto da Universidade.

O Decreto Federal Nº 77.583, de 11/05/76 (D.O.U. de 12/05/76) - Concede Reconhecimento à Universidade Estadual de Maringá.

A Lei Estadual Nº 9.663, de 16/07/91 (D.O.E. de 16/07/91 p. 4) - Transforma em Autarquia a Fundação Universidade Estadual de Maringá.

Caracterização como Instituição de Utilidade Pública:

- A Lei Municipal Nº 820/71, de 02/03/71 - Maringá/PR - Declara de “Utilidade Pública” a Fundação Universidade Estadual de Maringá.
- O Ato Declaratório Nº 37/71, da Delegacia da Receita Federal.
- O Registro Nº 33334.000004/85.29.00, de 29/03/90, do Conselho Nacional de Serviço Social, por se tratar de Instituição criada pelo Poder Público Estadual.
- O Decreto Estadual Nº 2.276, de 11/01/88 (D.O.E. de 12/08/88 p. 4) - Institui a gratuidade do Ensino Superior, nas Universidades e Faculdades isoladas, mantidas pelo Estado do Paraná.

A UEM, criada como entidade de direito público, é dotada de autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar, tendo sido transformada em autarquia, mantida sua personalidade pública.

Até a criação da UEM, no ano de 1970, o atendimento às necessidades da educação superior em Maringá era suprido por três instituições estaduais isoladas de ensino superior: Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, criada em 1959, Faculdade Estadual de Direito, criada em 1966 e Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1966.

No conjunto, estas faculdades ofereciam um total de sete cursos de graduação: Ciências Econômicas, Direito, História, Geografia, Ciências de 1º Grau, Letras Anglo-Portuguesas e Letras Franco-Portuguesas.

A Lei Estadual nº 6.034 de 6 de novembro de 1969 autoriza o Governo do Estado do Paraná a criar a Universidade Estadual de Maringá, agregando à mesma as faculdades existentes na cidade. Pelo Decreto Estadual nº 18.109 de 28 de janeiro de 1970 foi criada, sob a forma de fundação de direito público, a Fundação Universidade Estadual de Maringá (UEM). Seu reconhecimento pelo Governo Federal ocorreu em 11 de maio de 1976, por meio do Decreto Federal nº 77.583. No ano de 1991 o Governo do Estado do Paraná transformou as instituições públicas



por ele mantidas em autarquia estadual, conforme disposto na Lei Estadual nº 9.663 de 17/07/91, mantendo a mesma denominação da Universidade Estadual de Maringá.

Os primeiros sete anos da Instituição, de 1970 a 1976, foram marcados pela ocupação gradativa do Câmpus definitivo e pela implantação de 15 cursos de graduação: Matemática, Química e Administração, em 1971; Engenharia Química e Engenharia Civil, em 1972; Estudos Sociais, Educação Física, Pedagogia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis e Física, em 1973; Farmácia-Bioquímica, em 1974; Processamento de Dados e Zootecnia, em 1975. Os cursos de Engenharia, Matemática, Química e Física passaram a ser coordenados pelo Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas (ICET), criado em 1972. Atualmente, a UEM oferece 36 cursos de graduação distribuídos pelo Campus Sede, Campus Extensão de Cianorte e Campus Regional de Goioerê.

Até o reconhecimento da Universidade pelo Governo Federal, por meio do Decreto Federal nº 77.583, de 11 de maio de 1976, foi mantido o modelo estrutural de três faculdades e um instituto. A partir dessa data, adotou-se o modelo de departamentos, como menor fração da unidade universitária, coordenados por centros de estudos. A coordenação didático-pedagógica dos cursos passou a ser exercida pelos colegiados de curso e os departamentos assumiram, então, características mais administrativas.

No ano de 1977 foi criado o curso de Agronomia. A partir de 1978, foram identificadas algumas tendências que, sistematizadas por temas, enfocavam as atividades-fim da Universidade: ensino, pesquisa, extensão, cultura e as atividades administrativas.

No ensino, procurou-se a melhoria de sua qualidade por meio de incentivo ao desenvolvimento de projetos de ensino, aumento do número de monitores e também pela realização de eventos sobre a temática.

Os currículos dos cursos foram redefinidos com o objetivo de atualizá-los e torná-los mais flexíveis, possibilitando um fluxo acadêmico mais regular e uma formação capaz de acompanhar os avanços da ciência, da tecnologia e da própria sociedade.

Novos cursos foram criados: Psicologia, em 1979; Enfermagem e Obstetrícia, em 1981; bacharelado em Química, em 1984; bacharelado em Geografia, em 1987; bacharelados em Física e Ciências Biológicas, em 1988. Nesse mesmo período, houve a desativação dos cursos de licenciatura de curta duração existentes, sendo eles: Ciências, em 1979, Ciências de 1º Grau, em 1984, e Estudos Sociais, em 1987.

Em 1986, a Universidade começava a dar mostras de sua abrangência regional com a criação de cursos fora de sede, na cidade de Cianorte, a 80 km do Câmpus Sede. Foram criados e implantados os cursos de graduação em Pedagogia e Ciências Contábeis. Essa tendência ganhou consistência com a criação e a implantação do Câmpus Regional de Goioerê, em 1991, com dois cursos de graduação: Engenharia Têxtil e Licenciatura Plena em Ciências, por meio de um convênio envolvendo a UEM e um consórcio intermunicipal formado por sete



municípios, a saber: Goioerê, Janiópolis, Moreira Sales, Juranda, Mariluz, Boa Esperança e Rancho Alegre. Também foram criados os Campus de Porto Rico, Cidade Gaúcha e Diamante do Norte, que completam o suporte universitário para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No ano de 1988, foram criados e implantados os cursos de Medicina, Odontologia e Ciência da Computação. A criação dos cursos de Medicina e Odontologia teve como consequência a implantação de um complexo de saúde, formado por um hospital universitário, uma clínica odontológica, uma unidade de psicologia aplicada e um hemocentro.

A partir de 1992, após vários anos de estudos e discussões, a UEM alterou seu regime acadêmico, substituindo o sistema de créditos e matrícula por disciplinas pelo regime seriado anual para seus cursos de graduação. Novos currículos foram elaborados, agora com a obrigatoriedade de cada curso ter um projeto pedagógico conduzindo à identidade profissional, facilitando a avaliação da qualidade do ensino que a instituição oferece. O regime de créditos remanescente ficou somente para os alunos em fase final de curso, os das demais fases foram adaptados ao novo regime seriado. No ano de 1996, o sistema de créditos e matrícula por disciplinas foi totalmente extinto.

Em 1998 foi implantado o curso de Bacharelado em Informática. Tendo como um dos focos principais o ensino de graduação e com o apoio de várias entidades representativas da comunidade local e regional a Universidade implantou, no ano letivo de 2000, onze novos cursos de graduação, ampliando em quase 50% o número de cursos existentes. Neste ano foram implantados os cursos de Engenharia de Produção com ênfases em Agroindústria, Confecção Industrial, Construção Civil e Software; Engenharia de Alimentos, Engenharia Mecânica, Arquitetura e Urbanismo, Secretariado Executivo Trilíngue, Estatística, Filosofia e Ciências Sociais. Esses cursos foram viabilizados a partir de estudos realizados pela Universidade, em parceria com o Conselho de Desenvolvimento Regional de Maringá (Codem), que envolve 87 entidades locais e regionais.

No que diz respeito ao ensino de pós-graduação, desde o início dos anos 80 vem aumentando o número de cursos de especialização oferecidos pela UEM. Em 2000, estão em andamento 37 cursos de especialização. Quanto aos cursos de pós-graduação stricto-sensu, no ano de 1986, foram criados os dois primeiros cursos de mestrado, sendo um em Ciências Biológicas e o outro em Química Aplicada. Atualmente, são ofertados 14 cursos de mestrado. A partir de 1992 a UEM implantou o regime seriado para seus cursos de graduação. Novos currículos tiveram que ser elaborados, agora com a obrigatoriedade de cada curso ter um projeto pedagógico conduzindo à identidade profissional, facilitando a avaliação da qualidade do ensino que a instituição oferece. O regime de créditos remanescente ficou somente para os alunos em fase final de curso. Os discentes das demais fases foram adaptados ao novo regime seriado. No ano de 1996, o sistema de créditos foi totalmente extinto.



Ainda no ano de 2000 foi aprovada oferta do primeiro curso de graduação da UEM na modalidade de educação à distância: o curso Normal Superior, habilitação em Licenciatura para os dois Anos Iniciais do Ensino Fundamental – Licenciatura Plena, com o objetivo principal de capacitar professores para o ensino fundamental, atendendo alunos de 69 municípios da região noroeste do Paraná. Para a oferta do curso e da modalidade de educação à distância foram instalados, em parceria com prefeituras municipais, 42 centros de estudos, agrupados em três Polos Regionais nos campi da UEM em Cidade Gaúcha, Diamante do Norte e Goioerê. A Universidade foi credenciada para atuar na modalidade de Educação a Distância, no ensino de graduação e pós-graduação, pelo Ministério da Educação, por meio da Portaria Ministerial nº 3.242, de 18/10/2004. No ano de 2005 a UEM reformulou seu sistema de educação à distância, agora firmando termos de cooperação e convênio com municípios para credenciamento dos interessados na instalação de Centros de Educação a Distância. No mesmo ano foi ofertada a segunda turma do curso Normal Superior, com 2.100 vagas. Foram credenciados 57 municípios com Centro de Educação a Distância, distribuídos em sete Polos Regionais de Educação a Distância da UEM, nos Campi de Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, Goioerê, Umuarama e dois outros Polos, em convênio, nos municípios de Paranavaí (Fafipa) e Sarandi (Prefeitura Municipal).

Dando continuidade ao processo de ampliação da oferta do ensino de graduação, a UEM implantou no ano letivo de 2002 mais nove cursos, desta vez priorizando o desenvolvimento regional, criando, um novo Câmpus no Município de Umuarama e implantando o primeiro curso de graduação no Câmpus do Arenito, no Município de Cidade Gaúcha. Os cursos autorizados no ano de 2002 são: Agronomia, Medicina Veterinária, Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Construção Civil e Tecnologia em Meio Ambiente no Câmpus Regional de Umuarama. No Câmpus do Arenito, em Cidade Gaúcha, foi aprovado o curso de Engenharia Agrícola; no Câmpus Regional de Cianorte foram implantados os cursos de Moda e de Design; já no Câmpus Sede, em Maringá, foi criado o curso de Música.

Ampliando a oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância, no ano de 2007, a UEM ingressou no sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), do Ministério da Educação, com a oferta de 750 vagas para o curso de graduação em Administração, ofertado em convênio com o Banco do Brasil, para qualificação de funcionários do Banco e servidores públicos. O curso é ofertado em 10 Polos de Educação a Distância da UEM, nos Campi de Cianorte, Cidade Gaúcha, Diamante do Norte, Goioerê, Umuarama e, em convênio nas Universidades Estaduais: Unicentro, Unioeste, UEPG e UEL.

No que diz respeito ao ensino de pós-graduação, desde o início dos anos 80 vem aumentando o número de cursos de especialização oferecidos pela UEM.

Quanto aos cursos de pós-graduação stricto sensu, no ano de 1987, foram criados os dois primeiros cursos de mestrado, sendo um em Ciências Biológicas e o outro em Química Aplicada.



Em 1990, foram iniciados os cursos de mestrado em Engenharia Química e Educação (fundamentos da educação e aprendizagem e ação docente). Em 1991, teve início o curso de mestrado em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais e, sob esta mesma denominação, em 1992, teve início o primeiro curso de doutorado da UEM. No ano de 1993, foi criado e teve início o curso de mestrado em Zootecnia e ainda foram criados os cursos de mestrado em Economia e Direito, iniciados em 1994. No ano de 1995, teve início o curso de mestrado em Agronomia (Produção Vegetal). No ano de 1997 foram implantados os cursos de Física e Linguística Aplicada, em nível de mestrado. No ano de 1998 foram implantados os mestrados em Matemática e Geografia e, ainda, os cursos de Ciências Biológicas (Biologia Celular) e Zootecnia, em nível de doutorado. No ano de 1999 tiveram início os cursos de mestrado em Administração e História, ofertados de forma interinstitucional, juntamente com a Universidade Estadual de Londrina. Ainda neste ano, foram implantados os cursos de Física, Engenharia Química e Agronomia, em nível de doutorado. Em 2000 foram implantados os curso de Ciências Farmacêuticas e o Doutorado em Química Aplicada. Já em 2002, os cursos de Ciência da Computação, Genética e Melhoramento, Ciências da Saúde e de Análises Clínicas, todos em nível de mestrado. No ano de 2004 foram criados os cursos de Educação para Ciência e o Ensino da Matemática, História e Enfermagem, em nível de mestrado. Em 2007 tivemos a aprovação do Curso de Mestrado em Odontologia, totalizando 27 cursos de mestrado e 10 de doutorado. Em 2008 tivemos a aprovação do Curso de Mestrado em Ciências Sociais, totalizando 28 cursos de mestrado e 12 de doutorado.

As atividades de pesquisa tiveram aumento significativo a partir de 1979, acompanhando o aumento de projetos, houve diversificação de áreas de pesquisa e a necessidade de se estender suas bases tanto para coleta de dados de campo como para levar essas atividades a outros lugares. Para dar suporte a isso, surgiram os seguintes campi: Câmpus de Porto Rico, Câmpus do Arenito, localizado em Cidade Gaúcha e Câmpus Regional do Noroeste, em Diamante do Norte, além do Câmpus Sede em Maringá e os existentes em Cianorte e em Goioerê. Contribuíram para esse crescimento, dentre outras condições básicas, a melhoria da qualificação pessoal, uma progressiva flexibilidade de atribuições de encargos pelos departamentos, um aumento na captação de recursos externos, a regulamentação da Dedicção Exclusiva (DE) e posteriormente do regime de trabalho Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE), a estruturação e implantação da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DPG) e, mais recentemente, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG).

Visando a qualidade da pesquisa realizada na UEM, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, analisando proposta elaborada pela comunidade acadêmica da UEM sob a coordenação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, regulamentou as atividades de pesquisa com moderna legislação.

Na intenção de ampliar os meios de divulgação de suas atividades, foi implantada, em 1992, uma editora (Eduem) que tem como objetivo facilitar a publicação dos trabalhos



científicos produzidos na Universidade e a editoração da revista científica *Acta Scientiarum*, com sua periodicidade regular e indexada em sete indexadores entre nacionais e estrangeiros.

Em 1996 foram criadas a Livraria Universitária e a Rádio Universitária FM, sintonizada no prefixo 106,9 MHz.

A melhoria da qualificação de seu quadro de pessoal propiciou um crescimento significativo das atividades de extensão e prestação de serviços, a partir da década de 80. Desde então, as atividades mais frequentes se relacionam às de apoio ao ensino fundamental e médio, educação infantil e educação especial.

Na temática administrativa, os recursos humanos sempre foram alvo de atenção e preocupação na UEM. No início da década de 80, houve uma expansão progressiva tanto do quadro de pessoal docente como do quadro técnico-administrativo, sendo que já, ao seu final, tal taxa de expansão viria a diminuir, tornando-se estável a partir de 1990 e não tendo como tendência de crescimento, mesmo com as novas atividades da Universidade, resultante de sua aproximação com a comunidade regional e da verticalização do ensino.

Em um enfoque mais qualitativo, observa-se uma melhoria no perfil da qualificação e produção acadêmica dos servidores que é resultado da conjugação, dentre outros, dos seguintes fatores:

- a) regulamentação interna da capacitação docente desde 1981, com constantes aperfeiçoamentos e com o esforço institucional para manter 15% dos docentes de cada departamento em pós-graduação dentro do Plano Institucional de Capacitação Docente;
- b) a implantação do Plano de Capacitação Técnico-Administrativo, que vinha sendo executado de maneira informal, tornou-se regulamentado institucionalmente a partir de 1988.

Quanto à estrutura organizacional da UEM, observa-se que ela vem se modernizando desde 1988 para atender aos objetivos institucionais e para facilitar a interação da Universidade com os outros segmentos da comunidade. A comunicação e a informação, bem como as atividades de mídia, tanto em nível interno como externo, ficam a cargo de uma Assessoria de Comunicação Social que, além das atividades diárias de cobertura de eventos, notícias da universidade, reportagens, etc., editam semanalmente um boletim informativo e mensalmente faz circular o *Jornal da UEM* que é, inclusive, encartado nos jornais locais.

Merece destaque a introdução da informática no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas. Isso está sendo posto em prática em nível local pelo uso de microcomputadores, constantemente atualizados, como em nível global descentralizado pela utilização de servidores, com terminais espalhados por todo o Câmpus Sede e pelos Campi Regionais. Em abril de 1998, a UEM ligou-se à Rede Intranet Paraná em ATM/ISDN, instalada em 36 unidades telemáticas nas 16 instituições de ensino e tecnologia vinculadas à



Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. A Intranet Paraná é a base para o sistema estadual de ciência e tecnologia.

No ano de 2005 a Universidade passou a integrar a rede corporativa de voz, dados e imagem do Governo do Estado do Paraná, um sistema de comunicação capaz de trocar informações com transparência total de facilidades, com capacidade de transmitir todos os recursos disponíveis. Além de outros benefícios a instalação da rede possibilitou a implantação do sistema de videoconferência no Câmpus sede e nos demais campi da UEM.

Dando continuidade ao processo de expansão de curso na UEM, em 2009/2010 foram criados, na modalidade a distância, os cursos de Administração, Ciências Biológicas, Física, História, Letras e Pedagogia, e na modalidade presencial os cursos de Artes Cênicas, Artes Visuais, Biomedicina, Bioquímica, Comunicação e Mídias, Engenharia Elétrica e Tecnologia em Biotecnologia (câmpus Sede) Engenharia Ambiental, Engenharia Civil e Engenharia de Alimentos (câmpus de Umuarama) Engenharia de Produção e Licenciatura em Física (câmpus de Goioerê), além da criação do Câmpus de Ivaiporã (Decreto Estadual nº 7.106, de 14 de maio de 2010) e consequente criação dos cursos de Educação Física, História e Serviço Social (câmpus de Ivaiporã).

7 – Integração e articulação da Educação a Distância da Universidade Estadual de Maringá ao Sistema Universidade Aberta do Brasil

O curso de Administração Pública a distância está planejado para ser ofertado em até 16 Polos de Apoio Presencial, conforme Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Polos presenciais e número de vagas ofertadas

	Município do Polo*	N. de vagas
1	Assaí	46
2	Astorga	46
3	Bela Vista do Paraíso	46
4	Cidade Gaúcha	46
5	Cruzeiro do Oeste	46
6	Diamante do Norte	46
7	Engenheiro Beltrão	46
8	Goioerê	46
9	Itambé	46
10	Nova Londrina	46
11	Nova Santa Rosa	46
12	Paranavaí	55
13	Sarandi	51
14	Tamarana	46
15	Ubiratã	46
16	Umuarama	46
	TOTAL	750 VAGAS

*Os referidos polos poderão sofrer alterações.



Foram realizados dois vestibulares, um no ano de 2013, com disponibilização de 750 vagas e outro em 2017 com a disponibilização de 500 vagas. A UEM em seu curso de Administração Pública esteve vinculada à aprovação e participação dos seguintes editais:

- 1) Edital nº 075/2014 – Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)
- 2) Edital nº 05/2018 – Programa Universidade Averta do Brasil (UAB)

Além disso, houveram os seguintes editais de vestibulares na própria UEM

- 1) Edital nº 015/2013-CVU
- 2) Eital nº 029/2017-CVU

8 – Aspectos institucionais

Até a criação da Universidade, no ano de 1969, o atendimento às necessidades de ensino superior em Maringá era feito por três estabelecimentos estaduais: Faculdade Estadual de Ciências Econômicas, criada em 1959, Faculdade Estadual de Direito, criada em 1967 e Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1967. No conjunto, estas faculdades ofereciam um total de sete cursos: Ciências Econômicas, Direito, História, Geografia, Ciências do 1º Grau, Letras Anglo-Portuguesas e Letras Franco-Portuguesas.

A Lei nº 6.034 de 06/11/69 autorizou a criação da Universidade Estadual de Maringá, agregando à mesma as faculdades existentes. Pelo Decreto Estadual nº 18.109 de 28/01/70 foi criada, sob a forma de fundação de direito público, a Fundação Universidade Estadual de Maringá (FUEM), sendo reconhecida em 11/05/76, pelo Governo Federal (Decreto nº 77.583) e tornou-se autarquia pela Lei Estadual nº 9.663 de 16/07/91, mantendo a mesma denominação. A partir de 1999, foi implantada, em caráter experimental, a autonomia da Universidade, conforme Termo de Autonomia, assinado em 18 de março de 1999.

Os primeiros sete anos da Instituição, de 1970 a 1976, foram marcados pela ocupação gradativa do campus definitivo e pela implantação de 15 cursos de graduação: Matemática, Química e Administração, em 1971; Engenharia Química e Engenharia Civil, em 1972; Estudos Sociais, Educação Física, Pedagogia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis e Física, em 1973; Farmácia-Bioquímica, em 1974; Processamento de Dados e Zootecnia, em 1975; e Agronomia, em 1977. Os cursos de Engenharia, Matemática, Química e Física passaram a ser coordenados pelo Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas (ICET), criado em 1969. Atualmente, a UEM oferece 36 cursos de graduação distribuídos pelo Campus Sede, Campus Extensão de Cianorte e Campus Regional de Goioerê.

Até 11/05/76, data do reconhecimento da Universidade pelo Governo Federal (Decreto Federal nº 77.583), foi mantido o modelo estrutural de três faculdades e um instituto. A partir dessa data, foi adotado o modelo de departamentos coordenados por centros. A coordenação didático-pedagógica dos cursos passou a ser realizada pelos colegiados de curso, e os departamentos assumiram, então, características mais administrativas. A partir de 1978, foram identificadas algumas tendências que, sistematizadas por temas, enfocavam as atividades-fim da Universidade: ensino, pesquisa, extensão, cultura e as atividades administrativas. Novos



cursos foram criados: Psicologia, em 1979; Enfermagem e Obstetrícia, em 1981; bacharelado em Química, em 1984; bacharelado em Geografia, em 1987; bacharelados em Física e Ciências Biológicas, em 1988. Nesse mesmo período, houve a desativação das licenciaturas de curta duração existentes, ou seja, Ciências, em 1979, Ciências de 1º Grau, em 1984, e Estudos Sociais, em 1987.

Em 1986, a Universidade começava a dar mostras de sua abrangência regional com a criação e a implantação da Extensão na cidade de Cianorte, com dois cursos: Pedagogia e Ciências Contábeis. Essa tendência ganhou consistência com a criação e a implantação do Campus Regional de Goioerê, em 1991, com dois cursos: Engenharia Têxtil e Licenciatura Plena em Ciências, por meio de um convênio envolvendo a Universidade Estadual de Maringá e um consórcio intermunicipal formado por sete municípios, a saber: Goioerê, Janiópolis, Moreira Sales, Juranda, Mariluz, Boa Esperança e Rancho Alegre. Também foram criados os Campus de Porto Rico, Cidade Gaúcha e Diamante do Norte, que completam o suporte universitário para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No ano de 1988, foram criados e implantados os cursos de Medicina, Odontologia e Ciência da Computação.

A criação dos cursos de Medicina e Odontologia teve como conseqüência a implantação de um complexo de saúde, formado por um hospital, uma clínica odontológica, uma unidade de psicologia aplicada e um hemocentro. Em 1998 foi implantado o curso de Bacharelado em Informática e no ano 2000 foram implantados os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Estatística, Filosofia e Secretariado Executivo Trilingüe. No que diz respeito ao ensino de pós-graduação, desde o início dos anos 80 vem aumentando o número de cursos de especialização oferecidos pela UEM. Em 2000, estão em andamento 37 cursos de especialização.

Quanto aos cursos de pós-graduação stricto-sensu, no ano de 1986, foram criados os dois primeiros cursos de mestrado, sendo um em Ciências Biológicas e o outro em Química Aplicada. Atualmente, são ofertados 14 cursos de mestrado. A partir de 1992 a UEM implantou o regime seriado para seus cursos de graduação. Novos currículos tiveram que ser elaborados, agora com a obrigatoriedade de cada curso ter um projeto pedagógico conduzindo à identidade profissional, facilitando a avaliação da qualidade do ensino que a instituição oferece. O regime de créditos remanescente ficou somente para os alunos em fase final de curso. Os discentes das demais fases foram adaptados ao novo regime seriado. No ano de 1996, o sistema de créditos foi totalmente extinto.

A verticalização do ensino é uma das formas mais apropriadas para se alcançar uma melhoria do ensino na Universidade e para se ter pesquisas de boa qualidade.

Além disso, ela propicia a formação de grupos de pesquisa e de núcleos interdisciplinares. Como conseqüência, em geral, não só se estabiliza o pessoal qualificado existente como



umenta. Hoje, a verticalização já é uma realidade institucional, como se constata a seguir. Em 1990, foi iniciado o curso de mestrado em Engenharia Química; em 1991, teve início o curso de mestrado em Ecologia de Ambientes Aquáticos Continentais e, sob esta mesma denominação, em 1992, teve início o primeiro curso de doutorado da UEM. Em 1993, foi criado e teve início o curso de mestrado em Zootecnia e ainda foram criados os cursos de mestrado em Economia e Direito, iniciados em 1994. No ano de 1995, teve início o curso de mestrado em Agronomia (Produção Vegetal).

As atividades de pesquisa tiveram aumento significativo a partir de 1979, acompanhando o aumento de projetos, houve diversificação de áreas de pesquisa e a necessidade de se estender suas bases tanto para coleta de dados de campo como para levar essas atividades a outros lugares. Para dar suporte a isso, surgiram os campi de Porto Rico, Cidade Gaúcha e Diamante do Norte.

Contribuíram para esse crescimento, dentre outras condições básicas, a melhoria da qualificação pessoal, uma progressiva flexibilidade de atribuições de encargos pelos departamentos, um aumento na captação de recursos externos, a regulamentação da Dedicção Exclusiva (DE) e posteriormente do regime de trabalho Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (TIDE), a estruturação e implantação da Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação (DPG) e, mais recentemente, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPG). Mais recentemente, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, analisando proposta elaborada pela comunidade acadêmica da UEM sob coordenação da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, regulamentou as atividades de pesquisa com uma legislação cuja preocupação principal é com a qualidade da pesquisa. Atualmente, a UEM conta com 98 grupos de pesquisa cadastrados junto ao CNPq.

Além disso, foi criada a editora da Universidade Estadual de Maringá cujo objetivo é facilitar a publicação dos trabalhos científicos produzidos na Universidade e a editoração da revista científica Unimar, que com sua periodicidade restabelecida já foi indexada em sete indexadores entre nacionais e estrangeiros.

Devem ser mencionados inúmeros periódicos publicados a cargo dos Departamentos e dos Programas de Pós-graduação o que tem fortalecido a política de intercâmbio em benefício do incremento o acervo da BCE. A melhoria da qualificação de seu quadro de pessoal propiciou um crescimento significativo das atividades de extensão e prestação de serviços, a partir da década de 80. Desde então, as atividades mais freqüentes se relacionam às de apoio ao ensino de 1ª e 2ª graus, pré-escola e educação especial.

No ano de 1997, foi criado o Curso de Informática, sendo o seu primeiro vestibular realizado em janeiro de 1998, em substituição ao Curso de Formação de Tecnólogo em Processamento de Dados. No que diz respeito aos recursos humanos, no início da década de 80 houve uma expansão progressiva tanto do quadro de pessoal docente como do quadro técnico-administrativo. No final da década tal taxa de expansão viria a diminuir, tornando-se estável a partir



de 1990, não revelando uma tendência de crescimento, mesmo com as novas atividades da Universidade resultante de sua aproximação com a comunidade regional e da verticalização do ensino.

Observa-se uma melhoria no perfil da qualificação dos servidores que é resultado da conjugação, dentre outros, dos seguintes fatores:

- a) regulamentação interna da capacitação docente desde 1981, com constantes aperfeiçoamentos e com o esforço institucional para manter 15% dos docentes de cada departamento em pós-graduação dentro do Plano Institucional de Capacitação Docente;
- b) a implantação do Plano de Capacitação Técnico- Administrativo, que vinha sendo executado de maneira informal, tornou-se regulamentado institucionalmente a partir de 1988.

Em 1990 foi criada a Pró-Reitoria de Recursos Humanos, que incorporou a Diretoria de Pessoal da Pró-Reitoria de Administração. A comunicação e a informação, bem como as atividades de mídia, tanto em nível interno como externo, passaram a cargo de uma Assessoria de Comunicação Social que, além das atividades diárias de cobertura de eventos, notícias da universidade, reportagens, etc., edita semanalmente um boletim informativo e bimestralmente faz circular o Jornal da UEM que é, inclusive, encartado nos jornais locais.

Por fim, merece destaque a introdução da informática no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas. Isso está sendo posto em prática em nível local pelo uso de microcomputadores, como em nível global descentralizado pela utilização de um computador central de grande porte, IBM 3090, com terminais espalhados por todo o Campus Sede e pelo Campus Regional de Goioerê. Em abril de 1998, a UEM ligou-se à Rede Intranet Paraná em ATM/ISDN, instalada em 36 unidades telemáticas nas 16 instituições de ensino e tecnologia vinculadas à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior do Paraná. Na intenção de ampliar os meios de divulgação de suas atividades foram implantadas em 1992 uma editora (EDUEM) e, em 1996, a Livraria Universitária e a Rádio Universitária FM, sintonizada no prefixo 106,9 MHz.

8.1 – Missão

Conforme estabelecido na Resolução 021/2005-COU, a UEM tem como:

Missão

Produzir conhecimento por meio da pesquisa; organizar, articular e disseminar os saberes por meio do ensino e da extensão, para formar cidadãos, profissionais e lideranças para a sociedade.



Visão de Futuro

Tornar a UEM uma instituição de excelência na formação de profissionais e pesquisadores, capazes de atender às necessidades e aos anseios da sociedade, de forma geral, e aos da comunidade onde ela está inserida.

8.2 – Princípios e valores

Para atender a demanda pela formação superior de gestores públicos no Estado do Paraná, incluindo seus mais distantes municípios, a Universidade Estadual de Maringá visa ofertar o curso de Administração Pública na modalidade a distância (EaD), como forma eficaz para ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O curso de Administração Pública seguirá os seguintes princípios norteadores, além daqueles previstos no artigo 8º da Resolução nº 079/2004-CEP, para formar o profissional dentro do perfil definido:

- I. Nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes, hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- II. Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, da curiosidade e da criatividade;
- III. Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos estudantes, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- IV. Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;
- V. Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas, baseadas nos aspectos:

- técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe;



- ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

8.3 – Outros aspectos

A Universidade Estadual de Maringá – UEM, é uma universidade pública mantida pelo Estado do Paraná e subordinada à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI. O esforço e a qualificação de seu corpo docente tem sido reconhecido por diferentes rankings mundiais, criados para medir a qualidade das universidades a partir de diversos critérios acadêmico-científico.

Com sede na cidade de Maringá onde funciona a sua estrutura administrativa e a maioria de seus cursos de graduação e pós-graduação, a UEM também está presente em diversas cidades da região por meio de seus campi e base avançada.

Sua estrutura administrativa compreende:

I - Órgãos de deliberação superior:

- a) Conselho Universitário (COU) – é o órgão máximo da Universidade e tem a função de exercer sua supervisão geral e traçar políticas institucionais. Ele é presidido pelo reitor e é composto pelo vice-reitor e representantes dos departamentos, servidores, estudantes, comunidade local e regional.
- b) Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEP) – é um órgão consultivo e deliberativo em matérias referentes ao ensino, a pesquisa e a extensão. Ele é presidido pelo reitor e é composto pelo vice-reitor, coordenadores de colegiado de cursos e representantes de estudantes, comunidade local e regional.
- c) Conselho de Administração (CAD) – é um órgão deliberativo que trata da orientação administrativa da Universidade. Ele é presidido pelo reitor e é composto pelo vice-reitor, diretores de centros, representantes dos servidores técnico-administrativos, estudantes e comunidade local e regional.
- d) Conselho de Integração Universidade-Comunidade – é um órgão propositivo e consultivo. Ele é presidido pelo reitor e é composto pelo vice-reitor, ex-reitores, ex-vice-reitores e representantes do governo e da sociedade.

II - Reitoria;

Compreende a administração central, pró-reitorias, assessorias e demais órgãos suplementares.

III – Centros de Ensino;



Princípios Norteadores do Projeto Pedagógico

Objetivando a consecução e fomento dos cursos da UAB, e conseqüentemente, a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério de Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância – SEED, estimula a oferta do curso de Administração Pública, na modalidade de ensino a distância, operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades das organizações públicas contemporâneas, que buscam gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da nação.

9.1 – Diretrizes metodológicas para formação do Curso

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes que hoje são reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;
- II. promover permanente desenvolvimento dos recursos humanos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o pensamento autônomo, a curiosidade e a criatividade;
- III. selecionar temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;
- IV. adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;
- V. nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e valorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o objetivo de resolvê-los.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:



- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

De acordo com as DCNs, são princípios fundamentais a serem observados nos cursos de bacharelado em Administração Pública:

- I – o *ethos* republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela *republica* e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;
- – a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los a seu contexto e vocação regionais;
- III – a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

9.2 – Dimensões de formação

A formação e o perfil do administrador público serão expressos por meio de duas dimensões:

- epistemológica, que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública; e
- profissionalizante, que diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

9.3 – Concepção pedagógica do Curso

A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais visando o desenvolvimento socioeconômico.

Para tanto, o curso contempla o estudo das teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além da formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as



necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

- I. Transversalidade – os conteúdos, sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema;
- II. Atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – de inclusão obrigatória neste projeto, conforme artigo 6º, inciso XI, das DCNs do Bacharelado em Administração – poderá ser elaborado nas modalidades: monografia, artigo científico, relatório técnico ou de pesquisa ou projetos de intervenção centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

O TCC está estruturado em duas disciplinas de 60 horas cada, sendo a primeira prevista para contemplar discussão metodológica e elaboração do projeto de TCC. Na segunda disciplina, espera-se o desenvolvimento do que foi elaborado na disciplina anterior e que seus resultados sejam submetidos à avaliação.

9.3.1 – Objetivo geral

Formar profissionais com uma visão histórica e interdisciplinar de Administração Pública capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando e assessorando com competência as organizações governamentais e não governamentais, de modo pró-ativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento nacional e a construção de uma sociedade igualitária.

9.3.2 – Objetivos específicos

Os objetivos específicos do curso são:

- I. oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, desenvolvendo-o como ser humano e como força de trabalho;



- II. propiciar formação integral do aluno de tal forma a permitir-lhe pesquisar, criticar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e as normas éticas a que está sujeita a gestão pública;
- III. formar profissionais capazes de atuar com dinamismo nas transformações no âmbito interno e externo das organizações;
- IV. capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais próprias do setor público, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado com a visão holística de suas realidades nas dimensões humanística e técnica;
- V. preparar o aluno para atuar como gestor público, envolvendo-se com decisões, estratégias, buscando incorporar os padrões de excelência da administração pública em todo o mundo frente às mudanças e o compromisso com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade;
- VI. preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão de obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública;
- VII. despertar no profissional o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar os mais diferentes desafios e necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

9.4 – Perfil do egresso

O curso de Administração Pública da Universidade Estadual de Maringá (UEM) está organizado visando à formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, dos temas contemporâneos da gestão pública, do estágio supervisionado e do TCC, a formação de competências que preparem o egresso para os desafios da gestão pública. As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional detentor de amplo conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do tema da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de vista suas correlatas, uma vez que, qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral da sociedade.



Para atender às expectativas da sociedade emergente, o curso de Bacharelado em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e atual, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seu trabalho, apresentando habilidades para pró-atividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O curso de Bacharelado em Administração Pública proposto pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) deverá propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores, gestores públicos ou assessores no setor público estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas. Sendo assim, o curso deverá possibilitar as seguintes competências e habilidades:

- I. reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;
- II. apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- III. desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- IV. estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- IV. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- V. expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- VI. ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças;
- VII. atuar como ator consciente e crítico de sua realidade.



O perfil do egresso previsto contempla a capacidade deste em:

- I. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;
- II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural em que está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e sociedade civil;
- III. empreender e promover transformações de conteúdo interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do serviço público e de sua função social;
- IV. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;
- V. promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;
- VI. liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;
- VII. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando ao bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilitem a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas e da sociedade;
- VIII. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- IX. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- X. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores quantitativos e qualitativos presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais; e elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

9.5 – Organização curricular

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos, de formação básica, profissional e complementar, revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio, utilizando tecnologias inovadoras; e comprometem-se com os valores públicos e o



desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.

Os conteúdos de formação básica contemplam:

- I. assuntos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;
- II. estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às Tecnologias da Comunicação e da Informação;
- III. a capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação; e
- IV. as diferentes áreas disciplinares, a realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiro.

Os conteúdos de formação profissional contemplam:

- I. estudos sobre governos e políticas públicas comparadas;
- II. estudos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos;
- III. disciplinas de conteúdo profissional abordadas de forma a não dissociar o ensino da pesquisa e da extensão.

Os conteúdos de formação complementar contemplam estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando, por meio das disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública e das atividades complementares.

As disciplinas eletivas integrarão um dos Conteúdos de Formação descritos acima.

9.6 – Carga horária

A carga horária total do curso contempla 3.120 horas.

9.7 – Matriz curricular

A matriz curricular foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), n. 1, de 13/01/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado. Os componentes curriculares desta matriz estão distribuídos em oito módulos e são de natureza:

- I. Obrigatória – conteúdos considerados mínimos para a formação em Administração Pública, incluída a carga horária destinada ao TCC (120 horas) e ao Estágio Supervisionado (180 horas), totalizando 2.850 horas;
- II. Optativa – compreende as disciplinas de Direito e Legislação Tributária, Gestão de Operações e Logística I, Língua Brasileira de Sinais (Libras), Marketing e Sociedade, Redação Oficial e Tópicos Especiais de Gestão Municipal. Desse conjunto de disciplinas, o aluno deverá cursar e ter aproveitamento em 3 disciplinas, cada uma com 30 horas, totalizando 90 horas. Essas disciplinas deverão ser ofertadas nos Módulos III, IV e VIII;
- III. Eletiva – conteúdos que remetem a temas emergentes, possibilitando um enriquecimento cultural e/ou aprofundando a atualização de conhecimentos específicos, bem como adequação da formação do gestor público à demanda regional, totalizando 60 horas;



- IV. Atividades Complementares – demais atividades do curso totalizando 120 horas, conforme regulamento próprio de cada lpes.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso de Bacharelado em Administração Pública está representada a seguir:

Quadro 2 – Resumo de distribuição da carga horária

Conteúdos	Créditos	Carga horária	%
Disciplinas obrigatórias	174	2.550	82
- Conteúdos de Formação Básica (FB)	46	690	22
- Conteúdos de Formação Profissional (FP)	118	1.770	56
- Conteúdos de Formação Complementar (FC)	6	90	13

Conteúdos	Créditos	Carga horária	%
Demais disciplinas	6	150	5
- Disciplinas eletivas	4	60	2
- 3 Disciplinas optativas	6	90	3
TCC	8	120	4
Estágio Supervisionado	12	180	6
Atividades Complementares	8	120	4
Carga horária total do Curso	208	3.120	100

As disciplinas que integram a matriz curricular do curso de Administração Pública da Universidade Estadual de Maringá (UEM) estão especificadas no Quadro 3:

Quadro 3 – Matriz curricular do curso de Bacharelado em Administração Pública

EF	Disciplina	N. CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
1	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	4	60	FP	Geral	Obrigatória
2	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
3	Auditoria e controladoria	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
4	Administração Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
5	Administração Pública Brasileira	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
6	Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	2	30	FB	Geral	Obrigatória
7	Ciência Política	2	30	FB	Pub.	Obrigatória
8	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
9	Contabilidade Geral	4	60	FB	Geral	Obrigatória
10	Cooperação Internacional	4	60	FP	Geral	Obrigatória
11	Decisão e Informação na Gestão Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
12	Direito Administrativo	4	60	FB	Pub.	Obrigatória
13	Direito e Legislação Tributária	2	30	FB	Pub.	Optativa
14	Economia Brasileira	4	60	FB	Geral	Obrigatória



EF	Disciplina	N. CR	C. H.	Conteúdo		Natureza
15	Empreendedorismo governamental	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
16	Estatística Aplicada à Administração	4	60	FP	Geral	Obrigatória
17	Estratégia nas Organizações Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
18	Filosofia e Ética	4	60	FB	Geral	Obrigatória
19	Gestão Ambiental e Sustentabilidade	4	60	FP	Geral	Obrigatória
20	Gestão da qualidade no Setor Público	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
21	Gestão de Operações e Logística I	2	30	FP	Geral	Optativa
22	Gestão de Pessoas no Setor Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
23	Gestão de Projetos Públicos	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
24	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
25	Gestão do Conhecimento	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
26	Gestão Social e Participação Popular	4	60	FP	Geral	Obrigatória
27	Governo Eletrônico	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
28	Inovação na Administração Pública	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
29	Instituições de Direito Público e Privado	4	60	FB	Geral	Obrigatória
30	Introdução à EaD	2	30	FC	Geral	Obrigatória
31	Introdução à Economia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
32	Licitação, Contratos e Convênios	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
33	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	2	30	FB	Geral	Optativa
34	Macroeconomia	4	60	FB	Geral	Obrigatória
35	Marketing e Sociedade	2	30	FB	Geral	Optativa
36	Matemática Financeira	2	30	FP	Geral	Obrigatória
37	Matemática para Administradores	4	60	FP	Geral	Obrigatória
38	Metodologia de Estudo e de pesquisa em Administração	4	60	FP	Geral	Obrigatória
39	Métodos e técnicas de estudos	2	30	FB	Geral	Obrigatória
40	Negociação e Arbitragem	4	60	FP	Geral	Obrigatória
41	Orçamento Público	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
42	Organização, Sistemas e Métodos	4	60	FP	Geral	Obrigatória
43	Planejamento Governamental	4	60	FP	Pub.	Obrigatória

(Continua)



(Continuação)

EF	Disciplina	N. CR	C. H.	Conteúdo	Natureza	
44	Políticas Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
45	Psicologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
46	Redação Oficial	2	30	FB	Geral	Optativa
47	Regulação de Serviços Públicos	2	30	FP	Pub.	Obrigatória
48	Responsabilidade Social e Terceiro Setor	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
49	Sociologia Organizacional	4	60	FB	Geral	Obrigatória
50	Tópicos especiais de gestão municipal	2	30	FP	Pub.	Optativa
51	Teoria das Finanças Públicas	4	60	FP	Pub.	Obrigatória
52	Teorias da Administração I	4	60	FB	Geral	Obrigatória
53	Eletivas da Ipes I	2	30	-	-	Obrigatória
54	Eletivas da Ipes II	2	30	-	-	Obrigatória
55	Temas Contemporâneos da Gestão Pública I	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
56	Temas Contemporâneos da Gestão Pública II	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
57	Temas Contemporâneos da Gestão Pública III	2	30	FC	Pub.	Obrigatória
58	TCC I	4	60	-	-	-
59	TCC II	4	60	-	-	-

Legenda: CR – Créditos; FB – Conteúdos de Formação Básica; FP – Conteúdos de Formação Profissional.

(*) Sugere-se que a disciplina Introdução à EaD seja ofertada como primeira atividade do curso, sendo esta uma iniciativa para facilitar a ambientação do aluno.

9.8 – Conteúdo programático

O ementário das disciplinas está definido no Anexo 2.

Em relação aos critérios de avaliação, os mesmos seguirão estruturação disponibilizada pela UEM, a partir da DAA. Tais processos de avaliação são divididos em processo avaliativo A + processo avaliativo B, sendo possível a realização de um processo avaliativo C (Exame). Para todas as ementas do curso, será possível a institucionalização de pesos e ponderações para o processo avaliativo. Cada docente, juntamente com NDE e/ou coordenação do curso e/ou colegiado do curso poderão instituir notas avaliativas de zero a dez para todas as atividades pedagógicas de ensino e aprendizagem, sejam trabalhos e/ou provas individuais e/ou em grupos. No início de cada disciplina, será disponibilizado o Plano de Ensino / Guia Didático da disciplina com toda a explanação, programação e planejamento a respeito.

9.9 – Disciplinas eletivas

São disciplinas ofertadas a partir do Módulo VI, cujos conteúdos remetem a temas emergentes, que possibilitem enriquecimento cultural e/ou aprofundar e/ou atualizar conhecimentos específicos, bem como adequar a formação do gestor público a demanda regional. Os alunos devem escolher as disciplinas eletivas dentre as que são ofertadas pela Ipes.



Para composição das 60 horas optar-se-á pela distribuição de duas disciplinas de 30h:

- a) Elaboração de Casos para Ensino e b) Construção de Casos para Ensino.

9.10 – Temas Contemporâneos na Gestão Pública

Para a formação integral do profissional da Administração Pública, há também, na estrutura curricular do curso, as disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública, com as ementas a serem definidas por cada lpes.

Espera-se que, nessas disciplinas, possam ser tratadas questões emergentes, regionais e de atualização relacionadas à gestão pública.

9.11 – Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado totaliza 180 horas e será cumprido de acordo com o Regimento de Estágio do Curso de Administração Pública da Universidade Estadual de Maringá (UEM) ou específico do curso, observados os regulamentos normativos da instituição e o conjunto normativo legal que rege o tema. É uma atividade que deverá ser estruturada de acordo com a Resolução CNE 001/2014, que estabelece as diretrizes curriculares do curso de Administração Pública, bacharelado, em especial em seu artigo 7.

9.12 – Atividades Complementares

As atividades complementares compreendem 120 horas, correspondentes a 4% da carga horária total do curso, e serão regulamentadas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

A oferta das atividades será organizada em regulamento próprio. Sendo utilizado como atividades:

- Oficinas com o objetivo de aplicar os conhecimentos teóricos, propiciando vivências práticas no uso dos métodos e instrumentos da gestão pública. Pode ser aplicada de forma presencial, podendo ser realizadas em cada Módulo ou concentradas em Módulos específicos.
- Palestras cujos temas permeiam a gestão pública.
- Visitas Técnicas.
- Para integralização curricular do Curso de Administração Pública, na modalidade à distância, o aluno deverá cumprir o número de **120** horas fixadas para as AACs, através da participação em:

- I. Monitoria acadêmica;
- II. Projetos de ensino;
- III. Projetos de pesquisa;
- IV. Projetos de extensão;
- V. Programas de Iniciação Científica;
- VI. Estágio Voluntário;
- VII. Cursos especiais;
- VIII. Eventos;
- IX. Disciplina de Libras (Língua Brasileira de Sinais).



Todas as atividades devem estar estritamente relacionada a formação do Administrador.

10 – Estrutura Administrativo-Pedagógica

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da Administração não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e aprender e da Administração Pública.

Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações. No campo da Administração, fala-se de pró-atividade, de *empowerment*, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de “Estado Necessário”, entre outros.

A EaD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino, a aprendizagem e os processos formativos profissionais. Para tal, exige uma **organização de apoio institucional** e uma **mediação pedagógica** que garantam as condições necessárias a efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino-aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: da equipe que concebeu e construiu o PPC aos estudantes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal projeto; de quem vai conceber e elaborar o material didático até quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor); do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*); do editor ao artista gráfico (*web designer*) etc. Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa.

A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico.

O Curso de Bacharelado em Administração Pública a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **o estudante:** estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
- **professores autores:** responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVAs));
- **professores formadores:** responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- **professores pesquisadores:** ligados ao programa de pós-graduação da Ipes, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar todo o sistema, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da instituição na modalidade a distância;



- **tutores:** prioritariamente formado por bacharéis em Administração, ou em áreas afins (preferencialmente, profissionais registrados em seus respectivos conselhos de classe profissional). Eles têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”; e
- **equipe de apoio tecnológico e de logística:** com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

10.1 – Equipe Multidisciplinar

A equipe multidisciplinar que atuará no curso é composta de corpo docente, tutores, Coordenador de curso, Coordenador de tutoria, tutores (presencial e a distância), secretários, e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso.

O acadêmico com deficiência e/ou Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no ato da matrícula ou no decorrer do curso, poderá solicitar o apoio previsto na legislação, indicando qual o tipo de deficiência/necessidade especial apresenta.

Dentre os tipos de apoio disponibilizados estão: a) adaptação curricular e de recursos, tais como: impressões em Braille, impressões em fonte ampliada, textos digitalizados em formato acessível aos acadêmicos com cegueira e baixa visão; tempo estendido e espaço físico para realização de avaliações; b) mediação pedagógica específica: tradutor/intérprete de Libras e monitoria especial.

Esse apoio é ofertado pelo PROPAE - Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais, em acordo com os colegiados de cursos. Integram o referido programa, professores, técnicos e alunos que desenvolvem projetos de pesquisa, ensino e extensão envolvendo a temática da Educação Especial.

O PROPAE está lotado na Pró-Reitoria de Ensino (PEN), em conjunto com a qual, vem desenvolvendo ações no sentido de garantir a acessibilidade no ensino superior viabilizando o ingresso, a permanência e a terminalidade dos estudos aos acadêmicos da UEM que apresentam deficiência e/ou NEE.

10.2 – Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar

A capacitação dos profissionais envolvidos ocorrerá conforme programação da Ipes.

Cursos de extensão propostos/ofertados pelo NEAD em 2020:

- Google Classroom: instruções técnicas e pedagógicas
- Ambientação na Plataforma Moodle: instruções técnicas e pedagógicas
- I Seminário Internacional de Cultura Digital e Educação – SICDE
- Sobreviver à Quarentena: ferramentas para sua saúde física e mental e vida financeira
- Capacitação de professores de inglês para o atendimento a alunos disléxicos



Cursos de extensão propostos por departamentos e ofertados em parceria com o NEAD em 2020:

- Neurociências Aplicada à Educação
- As Tecnologias Educacionais e a Preparação de Aulas em Modo Remoto
- Educação Financeira Sustentável: Base Para a Prosperidade
- Formas de solução de conflitos de interesse
- Internacionalização acadêmica e Formação de professores: abordando o Inglês como Meio de Instrução
- Sobreviver à Quarentena: ferramentas para sua saúde física e mental e vida financeira
- Capacitação de professores de inglês para o atendimento a alunos disléxicos

Esses cursos mencionados e outros serão ofertados anualmente para toda estrutura administrativa-pedagógica do Curso e da Universidade.

10.3 – Docentes que participam da Gestão do Curso

A atual gestão conta com a Coordenação pelo professor Dr. Fabrício Meller da Silva e como coordenador adjunto o prof. Dr. Valdir Gomes. Geralmente, de modo bi-anual há eleição no Departamento de Administração para definição de quem serão os professores eleitos para comporem a coordenação titular e adjunto do curso.

O Anexo C apresenta os docentes que participam no curso

11 – Infraestrutura e Processo de Gestão Acadêmico-Administrativa

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino-aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- os processos de orientação e avaliação próprios;
- o monitoramento do percurso do estudante; e
- a criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de Administração Pública, na modalidade a distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa preveem rede comunicacional e produção de material didático.



Rede Comunicacional

Torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Polos com a Ipes e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica na Ipes, com a garantia de:

- manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- manutenção dos núcleos tecnológicos na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso;
- e
- organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Produção de Material Didático

O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico. Atualmente, o material didático básico do curso de Bacharelado em Administração Pública encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa, com exceção das disciplinas Temas Contemporâneos na Gestão Pública, que, devido a suas especificidades, ficarão a cargo de cada Ipes.

11.1 – Sistema de Tutoria

A tutoria no curso de Bacharelado em Administração Pública, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos Temas Contemporâneos e do Estágio Supervisionado.



No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes para estudar e se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, nesse processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início do curso e ao longo do curso.

Após a seleção dos tutores, os candidatos deverão participar do processo de formação que supõe a participação em um curso sobre EAD, a participação de grupos de estudo sobre o material didático do curso e questões relativas ao processo de orientação. Os tutores deverão ainda participar duas vezes por ano de um programa de capacitação realizado na sede. Todos os tutores serão certificados ao final do Curso

Como meios para interlocução, poderão ser utilizados:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante;
- videoaulas;
- telefone;
- redes sociais;
- aplicativos de troca de mensagens instantâneas;
- *e-mail*; e
- moodle (plataforma online);
- Google sala de aula;
- Telegram;
- Google meet;
- Doodle

11.2 – Encontros presenciais/síncronos

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas, incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica, devendo, essa prática, ser amplamente incentivada junto à comunidade acadêmica por parte de todos os atores envolvidos no processo.



Destacam-se, previamente, os seguintes encontros presenciais, preferencialmente:

- *Aula inaugural no início do curso:* com o objetivo de oferecer uma visão geral do processo de desenvolvimento do curso, assim como da modalidade a distância. Haverá também formação para uso adequado do ambiente virtual de aprendizagem e para uso do aplicativo para acompanhamento pedagógico do curso.
- *No início de cada semestre:* servirão para oferecer a visão geral do processo de desenvolvimento do semestre. Haverá entrega dos materiais didáticos do semestre bem como exploração das atividades de estudo e pesquisa, visando principalmente orientações quanto aos seminários temáticos.
- *No final de cada semestre letivo:* onde serão realizados os seminários temáticos, as avaliações de aprendizagem presenciais e as sínteses dos módulos.
- Reuniões periódicas da coordenação com os tutores.
- Reunião dos membros do colegiado, sempre que convocados.
- Reunião com representação da coordenação nos colegiados superiores da IES.

12 – Avaliação Institucional e Avaliação da Aprendizagem

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EaD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

12.1 – Avaliação Institucional

Comissão Própria de Avaliação da UEM (CPA) foi instituída pelo Conselho Universitário da UEM em dezembro de 2005, responsável pela execução de parte do processo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), tendo por finalidade coordenar o processo interno de avaliação da Universidade Estadual de Maringá (UEM) em suas múltiplas dimensões.

Ao longo de décadas de existência, a CPA buscou sistematizar na UEM um processo contínuo de avaliação interna, assegurado pela Proposta de Autoavaliação aprovada por meio da Resolução n.º 015/2006-COU, com o propósito de tornar a prática da avaliação institucional um instrumento de gestão, gerando reflexão permanente das ações na Universidade, buscando fortalecer as relações da Universidade com a sociedade civil, enfatizando que a tarefa da



avaliação na UEM é de caráter globalizante e interativo; firmando-se como uma avaliação institucional que possibilite à Comunidade Universitária o autoconhecimento e a definição de horizontes claros no planejamento de ações destinadas à superação das dificuldades e o aprimoramento institucional.

Com um olhar no futuro e nos princípios estabelecidos pela Lei do SINAES e legislação conexa, a CPA institucionalizou uma estrutura para a realização da Autoavaliação de forma a garantir a continuidade do sistema, independentemente de seus dirigentes.

No Paraná, as Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEEs) públicas seguem um sistema de avaliação próprio que é o Sistema Estadual de Avaliação da Educação Superior (SEAES), sob a competência da Coordenadoria de Ensino Superior (CES) e da Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior do Sistema Estadual de Ensino do Paraná (CEA) vinculadas à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), não tendo a obrigatoriedade de submissão do relatório de autoavaliação institucional ao INEP. A Deliberação nº 01/2017, do Conselho Estadual de Educação (CEE) fixou normas para as Instituições de Educação Superior mantidas pelo Poder Público Estadual e pelo Municipal do Estado do Paraná e dispôs sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições e de seus cursos.

Atualmente, regulamentada pela Resolução nº 015/2013-COU, a CPA tem a seguinte composição: sete docentes, indicados em processo próprio, sendo um de cada Centro de Ensino; três técnico-administrativos, eleitos por seus pares em processo próprio; dois discentes indicados pelo Diretório Central de Estudantes em processo próprio; dois representantes da sociedade civil organizada, sendo um indicado pela Associação Comercial e Industrial de Maringá (ACIM) e um indicado pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino de Maringá (SINTEEMAR).

12.2 – Avaliação dos Subistemas de EaD

A EaD oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino e a aprendizagem e os processos formativos profissionais.

Para tal, exige uma *organização de apoio institucional* e uma *mediação pedagógica* que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se, então, de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: da equipe que concebeu e construiu o Projeto Pedagógico aos estudantes e orientadores, sujeitos ativos na implementação do mesmo; de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que este chegue às mãos do estudante; do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor);



do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*); do editor ao artista gráfico (*web designer*), etc.

Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. Sendo assim, o Curso de Administração Pública na modalidade à distância possui estrutura administrativa-pedagógica que contempla:

- O estudante: estudante matriculado no curso e que irá estudar “à distância”;
- Professores autores: responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem);
- Professores formadores: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
- Professores pesquisadores: ligados a programa de pós-graduação da Instituição, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar o sistema como um todo, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da Instituição na modalidade a distância;
- Tutores (presenciais, à distância): bacharéis em Administração, ou em áreas afins, atuando no Pólo de Apoio Presencial, ou na Instituição. Têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso. Atuam sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”, função ocupada por um professor do curso de Administração Pública;
- Equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

Assim organizada, a “instituição ensinante” pode oferecer saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando educação permanente do cidadão e estando comprometida com o meio circundante.

Para tal, nessa organização devem estar presente constantemente:

- *A estrutura organizativa*: composta pelos sub-sistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Pólos de Apoio Presencial.
- *A comunicação*: que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meios e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, implicação consciente do estudante, intencionalidade, atitude adequada, destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos estudantes.
- *O trabalho cooperativo*: na modalidade à distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, designer instrucional, Web



- designer, tecnólogos educacionais, orientadores), com muita pouca interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face-a-face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- A implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- A produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- Processos de orientação e avaliação próprios;
- Monitoramento do percurso do estudante;
- Criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.

Para o curso de Administração Pública, na modalidade à distância, a estrutura e a organização do sistema que dá suporte à ação educativa, prevêem:

- *Rede Comunicacional:* torna-se necessário o estabelecimento de uma rede comunicacional que possibilite a ligação dos vários Pólos com a Instituição e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica, com a garantia de: (1) manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso; (2) designação de coordenador que se responsabilize pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso; (3) manutenção dos núcleos tecnológicos na Instituição e nos Pólos, que dêem suporte à rede comunicacional prevista para o curso; e (4) organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Pólos e a Instituição.
- *Produção de Material Didático:* O material didático configura-se como dinamizador da construção curricular e balizador metodológico.

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Administração Pública tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso. Para tanto, será aplicada avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada por todos os atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles: estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

- desempenho do estudante;
- desempenho dos professores tutores;
- desempenho dos professores formadores;
- adequação do sistema de tutoria;
- adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;



- qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
- qualidade e adequação do atendimento administrativo;
- desempenho da coordenação do curso; e
- eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação serão utilizados:

O curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade Educação à Distância realizará sua avaliação balizando-se pelos mesmos critérios do curso em Administração, modalidade presencial, bem como pelas referências de qualidade definidas pelo MEC para os cursos de graduação em EaD. De acordo com o MEC, o fundamento da graduação deve ser a educação das pessoas para a vida e o mundo do trabalho.

O curso será avaliado anualmente e de forma permanente por uma comissão instituída pela Universidade, podem ser constituída pelo coordenador geral, coordenador pedagógico e supervisores de tutoria e outros membros da Universidade. Será operacionalizado por meios eletrônicos (Internet), viabilizado tecnicamente pelo Núcleo de Processamento de Dados da UEM.

A estrutura das questões e o processo valorizam a opinião do acadêmico. Além disso, permite fazer um acompanhamento personalizado, sistemático, série por série, disciplina por disciplina, avaliando, ainda, a metodologia do ensino e a infraestrutura técnica e de pessoal, envolvendo todos os atores do sistema de educação a distância. O sistema fornecerá resultados rapidamente, podendo ser, em seguida, disponibilizado à comunidade.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD, objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

12.3 – Avaliação de Aprendizagem

O processo de avaliação de aprendizagem na EaD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da EaD deve ser o de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas, sim, a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque, no contexto da EaD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:



- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios. O trabalho do autor, ao organizar o material didático do curso de Administração Pública, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como um imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública, e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

Avaliações de desempenho do estudante

A educação a distância tem como pressuposto a educação contínua e permanente e, portanto, a avaliação deve ser refletida como uma atividade que tem por função subsidiar a tomada de decisão e requer tratamentos e considerações especiais.

Um dos aspectos a ser considerado é o fato do acadêmico não contar, de forma constante, com a presença física do professor. Desta forma, a metodologia adotada será aquela que possibilite: (1) a interação permanente com os professores e tutores, todas as vezes que o acadêmico sentir alguma dificuldade no aprendizado; (2) segurança ao acadêmico na sua capacidade de emitir juízos próprios e de análise dos processos apresentados.

Para tanto, o material básico deve possibilitar ao aluno questionar/relacionar o conteúdo com suas próprias experiências e desencadear o surgimento de outras formas de conhecimento a partir dos referenciais teóricos relacionados durante o curso.

Neste contexto, as avaliações devem ser contínuas, cumulativas e formativas, possibilitando aos avaliadores a identificação da real condição do aluno e garantindo a qualidade de ensino requerida pelo curso.

As avaliações serão efetivadas de acordo com o seguinte critério básico:



▪ **Avaliações Não-Presenciais:**

- a) Acompanhamento do percurso do acadêmico, verificado pelo seu envolvimento e comprometimento com os estudos, desenvolvimento das atividades propostas pelo material didático e relacionamento com professores/tutores;
- b) Resumos, resenhas, exercícios, estudos de casos e outras formas de elaboração, de forma individual ou em grupo, coordenados pelos professores responsáveis.

▪ **Avaliações Presenciais:**

- a) Provas individuais e presenciais, elaboradas pelos docentes responsáveis pelas áreas de conhecimento;
- b) Trabalhos escritos que possibilitem a expressão dos conhecimentos trabalhados;
- c) Apresentação, nos seminários temáticos realizados ao final de cada módulo, dos resultados de estudos e pesquisas realizadas durante o módulo.

Para as avaliações definidas acima, serão atribuídas notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), de acordo com os critérios de avaliação de cada uma das disciplinas oferecidas. Ao acadêmico que for atribuída a nota abaixo de 6,0 (seis) será dada uma nova oportunidade, no módulo imediatamente seguinte, de forma que ele refaça a disciplina e seja novamente avaliado. A reprovação em mais de duas áreas de conhecimento em um mesmo módulo, assim como a segunda reprovação em uma mesma área levará à retenção do aluno no módulo.

Para o desenvolvimento da estrutura curricular serão organizados, dentre outros, os seguintes recursos didáticos:

- Módulos impressos por áreas de conhecimento;
- Ambiente Virtual de Aprendizagem;
- Fóruns e Chats;
- Encontros Presenciais;
- Estudos à distância;
- Sistema de Acompanhamento ao Estudante a Distância (tutoria local e a distância).

A dinâmica adotada para a aplicação dos Módulos será a mesma para todas as séries da seguinte forma:

- Cada série é composta de dois módulos, sendo um por semestre. Cada semestre vai ter em média 330 (trezentos e trinta) horas, totalizando aproximadamente 660 horas por ano;
- Os estudos serão independentes e vão ter como referência básica o material impresso, o ambiente virtual de aprendizagem e o sistema de acompanhamento;
- Os alunos devem seguir a seqüência dos módulos, isto é, o aluno só poderá ingressar no módulo subsequente quando finalizado o anterior.



A UEM disponibilizará aos estudantes dos Pólos Regionais de Educação a Distância infra-estrutura técnica e pedagógica que serão utilizados para as atividades presenciais e como base de apoio para os estudos durante todo o curso.

13 – Processo de Comunicação-interação entre os participantes

Em razão de uma das principais características da EaD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão: telefone, *chat* via plataforma online, web conferências, sendo este o momento síncrono dos alunos com os professores.

Como processos de comunicação diacrônicos, serão utilizados: através da plataforma online utilizada pela Instituição, os alunos farão uso de fóruns tira-dúvidas, *e-mails* para se comunicar com a Secretaria e entre outros.

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação sincrônica e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso de Administração Pública pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)]. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm.

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 jun. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm.



.../Resolução nº 056/2020-CI/CSA

fls. 56

BRASIL. [Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)]. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 5 maio 2000. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 jan. 2014.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Edital nº 01, de 27 de abril de 2009. Programa Nacional de Formação em Administração Pública no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil. Brasília, DF: CAPES, 2009. Disponível em:
https://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/EDITAL_N1_PNAP_DED_CAPES_2009.pdf.



ANEXO A – Sugestão de Fluxo

1º MÓDULO 360 h/a	2º MÓDULO 390 h/a	3º MÓDULO 390 h/a	4º MÓDULO 360 h/a	5º MÓDULO 390 h/a	6º MÓDULO 390 h/a	7º MÓDULO 390 h/a	8º MÓDULO 330 h/a
Filosofia e Ética	Instituições de Direito Público e Privado	Administração Pública Brasileira	Direito Administrativo	Estratégia das Organizações Públicas	Gestão de Projetos Públicos	Auditoria e Controladoria	Responsabilidade Social e terceiro Setor
Teorias da Administração	Contabilidade geral	Estatística Aplicada à Administração	Planejamento Governamental	Gestão de pessoas no Setor Público	Orçamento Público	Regulação de Serviços Públicos	Gestão Ambiental e Sustentabilidade
Introdução à Economia	Macroeconomia	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	Políticas Públicas	Negociação e Arbitragem	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública
Métodos e técnicas de estudos	Matemática para Administradores	Teoria das Finanças Públicas	Organização, Sistemas e Métodos	Economia Brasileira	Licitação, Contratos e Convênios	Inovação na Administração Pública	Empreendedorismo Governamental
Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	Administração Pública	Matemática Financeira	Decisão e Informação da Gestão Pública	Governo Eletrônico	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	Gestão da qualidade no Setor Público	Cooperação Internacional
Psicologia Organizacional I	Sociologia Organizacional	Gestão Social e Participação Popular	Optativa II	Gestão do Conhecimento	Eletiva I	Eletiva II	Optativa III
Ciência Política		Optativa I					
Introdução à EaD	Temas Contemporâneos na Gestão Pública I	Temas Contemporâneos na Gestão Pública II	Temas Contemporâneos na Gestão Pública III			TCC I	TCC II
				Estágio Curricular Supervisionado I	Estágio Curricular Supervisionado II	Estágio Curricular Supervisionado III	



ANEXO B – Ementário

MÓDULO 1

FILOSOFIA E ÉTICA

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Conceito de Filosofia: Filosofia como doutrina e como ato de pensar. Os períodos da história da Filosofia: principais características. Conceitos de ética, moral e deontologia. A Ética e a Política. Ética e responsabilidade social na Administração Pública.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CHAUI, Marilena. **Iniciação à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2017.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Filosofia**: dos Pré-Socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SERRANO, Pablo Jimenez. **Ética e Administração Pública**. Rio de Janeiro: Alinea, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

APEL, Karl-Otto. **Estudos de moral moderna**. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

HADOT, Pierre. **O que é a filosofia antiga?** 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MARCONDES, Danilo. **Textos básicos de Ética**: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. **Ética**. 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001



TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I

60 horas – 4 créditos

EMENTA

O fato administrativo: conceitos, dimensões de análise e dinâmica. Gestão de Organizações públicas e privadas. Evolução do Pensamento Administrativo. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Críticas às teorias organizacionais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GURGEL, Claudio; RODRIGUEZ, Martius Vicente R. **Administração**: Elementos essenciais para a gestão das organizações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2015.

MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. **Teoria Geral da Administração**. 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DRUCKER, Peter F. **Introdução à Administração**. São Paulo: Cengage, 2017.

LODI, João Bosco. **História da Administração**. 1. reed. São Paulo: Cengage, 2003.

MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIDGE, Adrian. **A Companhia**: História de uma ideia revolucionária. São Paulo: Objetiva, 2003.

MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação Organizacional**: A Teoria e a Prática de Inovar. Rio de Janeiro: Quatitymark, 2000.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de Administração Pública Brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.



INTRODUÇÃO À ECONOMIA

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Conceitos e princípios de Economia. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balança de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e déficit público.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

MANKIW, Nicholas Gregory. **Introdução à economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de; TONELO JR., Rudinei. (org.). **Manual de Economia**. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. **Introdução à economia: para cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis**. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2003.

GREMAUD, Amaury Patrick; DIAZ, Maria Dolores Montoya; AZEVEDO, Paulo Furquim de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

NEVES, Paulo Viceconti Silvério das. **Introdução à Economia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2016.

SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. **Economia**. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012.



MÉTODOS E TÉCNICAS DE ESTUDOS

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Métodos de estudo: técnicas para leitura, análise e interpretação de texto. Fichamentos. Normas da ABNT.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BERNABE, Tierno. **As melhores técnicas de estudo**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. **Normas da ABNT: Comentadas Para Trabalhos Científicos**. Curitiba: Juruá, 2015.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas**. São Paulo: Atlas, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BIANCHETTI, Lucidio; MACHADO, Ana Maria Netto (org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. São Paulo: Cortez, 2006.

BRUNI, José Carlos; ANDRADE, José Aluysio Reis. **Introdução às técnicas do trabalho intelectual**. Araraquara: UNESP, 1989.

ELSON, Adalberto Teixeira. **Leitura dinâmica e memorização**. São Paulo: Cultura, 2008.

GARCIA, Othon. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.

KLEIMAN, Angela. **Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura**. Campinas: Pontes, 2016.



CIDADANIA E DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Cidadania, direitos sociais e sistemas de bem-estar social. A tipologia de Marshal: direitos civis, políticos e sociais. Teorias explicativas sobre a emergência das políticas sociais. Crise dos sistemas de bem-estar social. Cidadania e desigualdade social no Brasil. Direitos sociais e desigualdade. Pobreza e desigualdade no Brasil. Políticas públicas de combate à pobreza e de promoção da igualdade no Brasil. Estudos sobre Direitos Humanos. Relações Etnorraciais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de. Desafios para a política social brasileira. **Texto para discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, n. 985, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no Brasil**: o longo caminho. São Paulo: Civilizações Brasileira, 2001.

IPEA. Vinte Anos da Constituição Federal. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, v. 1, n. 17, Brasília, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARRETCHE, Marta. **Estado federativo e políticas sociais**: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan: FAPESPE, 2000.

HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOLA, Lourdes; LOUREIRO, Maria Rita (org.). **Democracia, Mercado e Estado**. O B de BRICS. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.



PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Psicologia social e das organizações. Modos de organização do trabalho. Psicodinâmica do trabalho. Psicologia e estudos organizacionais. Motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão, conflito e Liderança nas organizações.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BETIOL, Maria Irene Stocco (coord.). **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996.

ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo Bastos; BASTOS, Antonio Virgilio Bittencourt (org.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BERGAMINI, Cecília W. **Liderança**: Administração do Sentido. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. **Psicodinâmica da Vida Organizacional**. São Paulo: Atlas, 1997.

DEJOURS, Christophe. **A Loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ROTHMANN, Ian; COOPER, Carry. **Fundamentos de psicologia organizacional e do trabalho**. São Paulo: Campus, 2009.

SCHEIN, Edgard H. **Psicologia organizacional**. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.



CIÊNCIA POLÍTICA
30 horas – 2 créditos

EMENTA

O fato administrativo como fenômeno político. Poder e autoridade. Formas de governo e regimes políticos. Evolução do Pensamento Político. Representação e sistemas partidários. Sistema político brasileiro.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

NICOLAU, Jairo. **Representantes de quem?** Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política**: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

TAYLOR, Esteven L. **Política**: cinquenta conceitos e teorias fundamentais explicados de forma clara e rápida. São Paulo: Publifolha, 2016.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Rio de Janeiro: LTC, 1998.



INTRODUÇÃO À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EaD: processos de comunicação, processo de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Ambientes Virtuais de Ensino-Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CORRÊA, Denise Mesquita. **Introdução à educação a distância e AVEA**. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.

HACK, Josias Ricardo. **Introdução à educação a distância**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. **Introdução à educação a distância**. Fortaleza: RDS, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. **Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2011.

SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. **Educação e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: UNEB/EAD, 2010.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. **Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.



MÓDULO 2

INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO **60 horas – 4 créditos**

EMENTA

Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo. Poder legislativo: função, organização e garantias. Poder Judiciário: funções, organização e garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta. Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem. Novas tendências do Direito Público frente ao contexto brasileiro e internacional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 32. ed. Rio de Janeiro: GEN: Atlas, 2018.

DOWER, Nelson Godoy Bassil (org.). **Instituições de Direito Público e Privado**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Instituições de Direito Público e Privado**. São Paulo: Saraiva, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BONAVIDES, Paulo. **Teoria Geral do Estado**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 31. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2018.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.



CONTABILIDADE GERAL

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Conceitos básicos de Contabilidade. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido, Demonstrac o do Valor Adicionado, Demonstrac o do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas). Apurac o do Resultado do Exercício.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por A o es**: (aplicável às demais sociedades). (Com Suplemento). São Paulo: Atlas, 2007/2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio; KANITZ, Stephen C.; MARTINS, Eliseu; PACCEZ, João D.; CHINEN, Cecília A. K.; CASTILHO, Edison; LISBOA, Lázaro P.; BENATTI, Luiz; CEI, Nena G. **Contabilidade introdutória**. 11. edi o, São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamentos**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>. Acesso em: 2 jun. 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariosvaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: FIPECAFI: Atlas, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral**. Série em foco. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; RODRIGUES, Fernanda F. **Curso de Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 2015.



MACROECONOMIA
60 horas – 4 créditos

EMENTA

Contabilidade Nacional. Fundamentos da análise macroeconômica. Problemas macroeconômicos. Modelos macroeconômicos. Determinantes da demanda e oferta agregada. Moeda, juros e renda. Economia Aberta. Política econômica. O papel do governo. Inflação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Elsevier:Campos, 2015.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. **Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira**. São Paulo: Alínea, 2006.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação**. São Paulo: Atlas, 1990.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de Macroeconomia: básico e intermediário**. São Paulo: Atlas, 2008.

SAMPAIO, Luiza. **Macroeconomia: esquematizado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.



MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Conceitos introdutórios: teoria de conjuntos, conjuntos numéricos e sistemas de coordenadas. Matrizes e Sistemas de equações e inequações. Funções, limites e derivadas. Aplicações matemáticas na área de administração.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I.; ASMAR, Nakhlé H. **Matemática Aplicada**: Economia, Administração e Contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012.

SILVA, Fernando César Marra e; ABRÃO, Mariângela. **Matemática básica para decisões administrativas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TAN, S. T. **Matemática aplicada à administração e economia**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRONSON, Gary; BRONSON, Richard; KIEFF, Maureen; YANG, Natalie. **Mathematics For Business**: Fourth Edition. Scott Valley: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017.

CLENDENEN, Gary; SALZMAN, Stanley A. **Business Mathematics**. 13. ed. Pearson, 2014.

GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I. **Matemática Aplicada**: Economia, Administração e Contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2007.

TAN, S. T. **Matemática aplicada à administração e economia**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2011.



ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Formação histórica e modelos da Administração Pública. O serviço civil e a burocracia racional-legal. Estado, burocracia e desenvolvimento econômico. Teorias sobre a administração pública: a visão clássica de W. Wilson, as abordagens políticas da administração pública, a “Nova Gestão Pública”, governança e administração pública ampliada. Transparência, *Accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

MADUREIRA, César; ASENSIO, Maria (org.). **Handbook de Administração Pública**. Lisboa: Ina Editora, 2013.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CENTRO LATINOAMERICANO DE ADMINISTRACIÓN PARA EL DESARROLLO (CLAD). Gestión Pública Iberoamericana para el siglo XXI. In: REUNIÓN ORDINARIA DEL CONSEJO DIRECTIVO DEL CLAD, XL, 8-9 nov. 2010, Santo Domingo, República Dominicana. **Documento aprobado**. Santo Domingo: CLAD, 2010. Disponível em: <http://old.clad.org/documentos/declaraciones/gestion-publica-iberoamericana-para-el-siglo-xxi/view>.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração Pública**: teoria e questões. Rio de Janeiro: GEN: Método, 2018.

PASCARELLI FILHO, Mário. **A nova administração Pública**: Profissionalização eficiência e governança. São Paulo: DVS, 2011.

WILSON, Woodrow. The Study of Administration. Political Science Quarterly, v. 2, n. 2, p. 197-222, 1887. In: SHAFRITZ, Jay M.; HYDE, Albert C. **Classics of Public Administration**. 4. ed. Forth Worth: Harcourt Brace College Publishers, 1997. p. 14-26.



SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL
60 horas – 4 créditos

EMENTA

O fenômeno administrativo como fato sociológico. Socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Sociologia das organizações e do trabalho: formas de organização do trabalho. Inovação tecnológica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. **Sociologia aplicada à administração**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia das organizações**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

FERREIRA, J. M. Carvalho; NEVES, José; CAETANO, António. **Manual de Psicossociologia das Organizações**. Rio de Janeiro: Escolar, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CHANLAT, Jean-François. **O indivíduo na organização**. São Paulo: Atlas, 1992.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LANER, Aline; CRUZ JUNIOR, João Benjamim. **Repensando as organizações: da formação à participação**. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004.

JAIME, Pedro; LÚCIO, Fred. **Sociologia das organizações: conceitos, relatos e casos**. São Paulo: Cengage, 2018.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Sociologias das organizações**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.



TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA I
ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Aspectos conceituais sobre ética. Desenvolvimento histórico da ética. Fundamentos éticos e morais do comportamento humano. Panorama das relações humanas na sociedade. Função da ética. Ética como prescrição de condutas. Valores e normas: o padrão ético. Teorias éticas. Dimensões cognitivas e atitudinais da ética: mérito da ação (intenção e juízo desinteressado); escolha e deliberação; virtudes e caráter; autonomia e responsabilidade. 2. Ética no serviço público - Responsabilidade ética, cidadania e função pública. Administração Pública e ética na sociedade. O padrão ético do serviço público. Premissas da conduta ética na função pública. Aspectos conceituais da vida pública: república e democracia; estado, cidadania e império da lei; cargo público; prestação pública de contas (accountability). Ética e Transparência como instrumento da gestão pública. Estratégias para a promoção da ética no serviço público. Formas de combate a corrupção.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BIBLIOGRAFIA ALMINO, J. O segredo e a informação: ética e política no espaço público. São Paulo: Brasiliense, 1986.
AVRITZER, L.; BIGNOTO, N.; GUIMARÃES, J; STARLING, H. (Orgs.) A corrupção: ensaios e críticas. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2003.
_____. Presidência da República. Desvios éticos: risco institucional. Brasília: 2002.
_____. Decreto n. 1171. Brasília: Planalto, 1994. [Código de Ética do Servidor Público].
_____. Lei 8.122. Brasília: Senado, 11.12.1990. [Lei do Servidor Público, especialmente os artigos 116 e 117].
_____. Lei 8429. Brasília: Senado, 02.06.1992. [Lei da Improbidade Administrativa, especialmente os artigos 10, 11 e 12].
_____. Presidência da República. Código de Conduta da Alta Administração Federal e normas complementares. 4.ed., Brasília: 2009.
_____. Decreto 6.029. Brasília: 2007. [Gestão da Ética]
_____. Decreto 4.081, de 11/1/2002. [Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos em exercício na Presidência e Vice-Presidência da República]
_____. Lei 8.027. Normas de conduta dos servidores públicos e civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais. Brasília: Senado, 12.04.1990.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Comissão de Ética Pública, criada pelo Decreto de 26/5/199
_____. Resolução n. 2, de 24/10/2000. Regula a participação de autoridade pública abrangida pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal em seminários e outros eventos.
_____. Resolução n. 3, de 23/11/2000. Estabelece regras sobre o tratamento de presentes e brindes aplicáveis às autoridades públicas abrangidas pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal.
_____. Resolução n. 5, de 7/6/2001. Aprova o modelo de Declaração Confidencial de Informações a ser apresentada por autoridade submetida ao Código de Conduta da Alta Administração Federal, e dispõe sobre a atualização de informações patrimoniais para os fins do art. 4 o do Código de Conduta da Alta Administração Federal.
_____. Resolução n.. 8, de 25/9/2003. Identifica situações que suscitam conflito de interesses e dispõe sobre o modo de preveni-los.



MÓDULO 3

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Administração e contexto brasileiro. Pensamento social brasileiro: relações políticas na formação da sociedade e do Estado brasileiros: patriarcalismo, formalismo, patrimonialismo, burocracia, mandonismo, coronelismo e *ninguendade*. Reformas administrativas e programas de desburocratização. Experiências brasileiras de participação social, descentralização e parcerias. Inovações e reformas administrativas nos estados. Mundialização e perspectivas para o Brasil na Era Digital.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier, 2010.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local**: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MEDEIROS, Paulo César (org.). **Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados**. São Paulo: Qualitymark, 2008.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2015.



ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO
60 horas – 4 créditos

EMENTA

Levantamento de dados e estatísticas descritivas. Introdução à probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostragem e distribuições amostrais. Estatística inferencial e testes de hipóteses. Utilização de ferramentas informatizadas na estatística. Aplicações de estatística em administração.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRUNI, Adriano Leal. **Estatística aplicada à gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 2013.

BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. **Estatística Básica**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David D. **Estatística para Ciências Humanas**. 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MATÍNEZ, Francisc. **Introdução à Estatística**: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Bookman, 2009.

LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; STEPAHAN, David. **Estatística Teoria e Aplicações**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

LOESCH, Claudio. **Probabilidade e Estatística**. São Paulo: LTC, 2013.

MOORE, David S.; NOTZ, William I.; FLIGNER, Michael A. **A estatística básica e a sua prática**. 6. ed. São Paulo: LTC, 2014.

TRIOLA, Mario. F. **Introdução à Estatística**. 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.



CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas**. 3. ed. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017. v. 1.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique. **Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 7. ed. Brasília: STN, 2017. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/MCASP+7%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf/6e874adb-44d7-490c-8967-b0acd3923f6d>. Acesso em: 2 jun. 2017.

CARVALHO JR., Antonio Carlos Costa d'Ávila; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Entendendo os Resultados Fiscais**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto de; ALMEIDA, Fernando Carlos Cardoso; SANTOS, Vitor Maciel dos; BARBOSA, Diogo Duarte. **Entendendo a Contabilidade Patrimonial Aplicada ao Setor Público**: Do Ativo ao Patrimônio Líquido. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017.

FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JÚNIOR, Jorge Pinto de; RIBEIRO, Carlos Eduardo Ribeiro. **Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique; RIBEIRO, Carlos Eduardo Inácio; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto. **Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público**. Brasília: Gestão Pública Ed., 2014.



TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Atividade financeira do Estado: falhas do mercado; funções do governo. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, *déficits* e dívida pública. Política orçamentária: o orçamento como instrumento de planejamento. Dimensões políticas e jurídicas do orçamento público. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Questões atuais de finanças públicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. **Finanças públicas**: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Edusp, 1980.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo. **Economia do Setor Público no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GRUBER, Jonathan. **Finanças Públicas e Política Pública**. São Paulo: LTC, 2008.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas**: A política orçamentária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

REZENDE, Fernando. **Finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 2015.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (org.). **A reforma esquecida**: orçamento, gestão pública e desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

ROSEN, Harvey S.; GAYER, Ted. **Finanças Públicas**. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015.



MATEMÁTICA FINANCEIRA

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Juro e Capitalização Simples. Capitalização Composta. Desconto Simples. Série de Pagamentos. Sistema de Amortização. Método de Avaliação de Fluxo de Caixa. Classificação das Taxas de Juros. Sistemas de amortização. Taxa Média e Prazo Médio. Operações Financeiras Realizadas no Mercado.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Matemática Financeira e suas aplicações**. São Paulo: Atlas, 2016.

FARO, Clovis; LACHTERMACHER, Gerson (org.). **Introdução a Matemática Financeira**. Rio de Janeiro: FGV Editora; São Paulo: Saraiva, 2012.

PUCCINI, Abelardo de Lima. **Matemática financeira: objetiva e aplicada**. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. **Matemática Financeira: com HP 12C e Excel**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

FERREIRA, Roberto G. **Matemática Financeira Aplicada**. São Paulo: Atlas, 2014.

TOSI, Armando José. **Matemática financeira: com utilização da HP-12C**. 2. ed. comp. São Paulo: Atlas, 2009.

VERAS, Lília Ladeira. **Matemática financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. **Matemática financeira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.



GESTÃO SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Conceito de gestão social. A participação e o desenvolvimento humano na sociedade e no trabalho como focos da gestão social. Política Nacional de Participação Social. A democracia deliberativa e a gestão social. Coprodução de serviços na Administração Pública. Revalorização da esfera local. A arte de construir redes de governança democrática.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BEZERRA, Marcos Otavio. **Política, Governo e participação popular**: conselhos, orçamento participativo e outras experiências. Rio de Janeiro: Letras, 2012.

BORDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico. *In*: BORDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus Editora, 2001.

FISCHER, Tânia; ROESCH, Sylvia; MELO, Vanessa Paternostro (org.). **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social**: casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2016.

FISCHER, Tânia. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2003.

PEREIRA, José Roberto; CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA JR., Jeová Torres; RIGO, Ariádne Scalfoni. **Gestão Social e Gestão Pública**: Interfaces e Delimitações. Lavras: Ed. UFLA, 2011.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão social**: metodologia e casos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.



TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA II
ÍNDICES DE GOVERNANÇA MUNICIPAL PÚBLICOS E/OU PRIVADOS

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Gestão Municipal. Construção de indicadores e índice de gestão e desempenho na administração pública municipal. Levantamento dos índices de governança pública existentes no Brasil e no exterior para análise e compreensão. Indicadores de desempenho. Ranqueamento de municípios. Caracterização e identificação das melhores governanças municipais no país. IGM – índice de governança municipal.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

Oliveira, A. G.; Pisa, B. J. (2015). IGovP: índice de avaliação da governança pública — instrumento de planejamento do Estado e de controle social pelo cidadão. *Revista de Administração Pública*, 49(5), 1263-1290.

Martins, H; Marini, C. (2010). *Guia de Governança para Resultados*. Brasília, DF: Ed. Publif. BRASIL. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Indicadores de programas: guia metodológico. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), 2010.

Brasil. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos. (2018). *Guia metodológico para indicadores: orientações básicas aplicadas à metodologia do plano plurianual*. Brasília, MP: Coordenação de documentação e Informação.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

Brasil. Ministério do Planejamento. Secretaria de gestão. (2009). *Guia referencial para medição de desempenho e manual para construção de indicadores*. Brasília: MP.

Brasil. Tribunal de Contas da União. (2000). *Técnica de Auditoria: Indicadores de Desempenho e Mapa de Produtos*. Brasília: TCU.

Cruz, N. F.; Marques, R. C. (2011). Índices de governança municipal: utilidade e exequibilidade. In *Anais do 8º Congresso Nacional da Administração Pública*. (p.218-234). São Domingos de Rana, Portugal.

Januzzi, P.M. (2005). Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, 56(2), 137-160.



MÓDULO 4

DIREITO ADMINISTRATIVO

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de Economia Mista. Empresas Públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a Administração Pública.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2014.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2012.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANTUNES ROCHA, Carmen Lúcia. **Princípios constitucionais dos servidores públicos**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Direito Administrativo**. 10. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

MAZZA, Alexandre. **Manual de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2018.

MEDAUAR, Odete. **Direito administrativo moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.



PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Conceitos básicos, origens e tipos de planejamento. Modelos, metodologias e instrumentos de planejamento governamental. Experiências nacionais de planejamento e desenvolvimento econômico. Planejamento e estado no Brasil: trajetória histórica, planos nacionais, problemas e questões atuais. Experiências de planejamento governamental nos níveis estadual e municipal. Planejamento e participação social. Monitoramento e avaliação de políticas públicas, planos e programas governamentais. Elaboração de Indicadores Sociais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARDOSO JR., José Celso (org.). **A reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. Série Diálogos para o Desenvolvimento, v. 4. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvol04.pdf.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). **Planejamento e Orçamento governamental**. Brasília: ENAP, 2006. v.1. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213>.

LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BANCO MUNDIAL. **Monitorização e avaliação**: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão**. Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: MEPF/INCRA/IICA, 1999.

KON, Anita. **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MARTÍNEZ, Luisa María. La Planificación en el Siglo XXI: Desafíos Institucionales y Claves para un Nuevo Enfoque. *In*: CONFERENCIA IBEROAMERICANA DE MINISTRAS Y MINISTROS DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA Y REFORMA DEL ESTADO, XV, 27-28 jun. 2013, Panamá. **Documento aprobado**. Panamá: CLAD/MEF, 2013. Disponível em: <http://old.clad.org/documentos/otros-documentos/La%20Planificacion%20del%20Siglo%20XXI.pdf>.



METODOLOGIA DE ESTUDO E DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Conhecimento científico. Métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa em Administração. Tipos de Pesquisa. O processo de pesquisa. Estratégia, técnicas e instrumentos de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry; Colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DEMO, Pedro. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.



ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS

60 HORAS – 4 créditos

EMENTA

Organização e mudança. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico – Layout. Processos: fluxogramas e otimização. Desenho Organizacional e seus condicionantes e componentes: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. **Manual de Organização, Sistemas e Métodos**. São Paulo: Atlas, 2015.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas, Métodos e Processos**: administração organizacional por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2015.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, Organização e Métodos**: uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. São Paulo: Atlas, 2005. v. 1.

ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. São Paulo: Atlas, 2006. v. 2.

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. **Organização, sistemas e métodos**. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. **Faces da decisão**: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997.

GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES; Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. **Tomada de decisão gerencial**: enfoque multicritério. São Paulo: Atlas, 2002.



DECISÃO E INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Teorias e Processos de tomada de decisão. Sistemas de informação gerencial. Dado e informação: Qualidade, atualidade, confiabilidade e sigilo. Levantamento de dados. Bases de dados. Desenho e fluxo de sistemas, operacionalização e integração. Papel dos sistemas de informação e ética no processo decisório na gestão pública. Desafios na gestão da informação no setor público.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CASSARRO, Antonio Carlos. **Sistemas de Informação para tomada de decisões**. São Paulo: Pioneira, 2011.

LAUDON, Kenneth, C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de informação gerenciais**. São Paulo: Editora Person, 2014.

SILVA, Arídio; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. **Sistemas de Informação na Administração Pública**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MELO, Ivo Soares. **Administração de sistemas de informação**. São Paulo: Pioneira, 2006.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Ângelo. **Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento**. São Paulo: Cengage, 2012.

STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. **Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial**. São Paulo: LTC, 2016

STAREC, Cláudio; GOMES, Elizabeth Braz Pereira; CHAVES, Jorge Bezerra Lopes. **Gestão Estratégica da informação e a inteligência competitiva**. São Paulo: Saraiva, 2005.



TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO PÚBLICA III
TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA
***Obs.: Disciplina que pode ser ministrada na língua portuguesa e inglesa.**
30 horas – 2 créditos

EMENTA

Trata-se de ementa aberta para temas específicos na área de Administração Pública. Gestão pública contemporânea. Tendências e tópicos emergentes na gestão do setor público. Procurar-se-á estabelecer a discussão de temas e conteúdos que indiquem o estado da arte na área da administração pública; complementação da formação discente; debates de temas que transversalizam a formação discente.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

A ser indicada e função de tema a ser desenvolvido.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

A ser indicada e função de tema a ser desenvolvido.



MÓDULO 5

ESTRATÉGIA NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Evolução da gestão estratégica nas organizações. Planejamento e gestão nas organizações públicas. Teorias e modelos de gestão estratégica. Métodos, instrumentos e etapas do planejamento estratégico. Monitoramento e avaliação. Construção e utilização de indicadores. Experiências de planejamento e avaliação em organizações públicas, projetos e programas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de Estratégia: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

MOORE, Mark H. **Criando Valor Público: gestão estratégica no governo**. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: ENAP, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANSOFF, H. Igor; DECLERK, Roger P.; HAYES, Robert L. (org.). **Do Planejamento Estratégico à Administração Estratégica**. São Paulo: Atlas, 1987.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Alinhamento: Utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MONTGOMERY, Cynthia A.; PORTER, Michael E. (org.). **Estratégia: A Busca da Vantagem Competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

THOMPSON JR., Arthur A.; STRICKLAND III, A. J.; GAMBLE, John E. **Administração estratégica**. 15. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. **Administração Estratégica: Conceitos**. São Paulo: Atlas, 2000.



GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO

60 horas – 4 créditos

EMENTA

O pensamento sobre gestão de pessoas. O ciclo da gestão de pessoas: admissão, desenvolvimento, remuneração e desempenho no Serviço Público. Cargos, remuneração, incentivos e benefícios do Servidor Público. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Política e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Higiene e segurança no trabalho.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A excelência em Gestão Pública**. Rio de Janeiro: Quality-Mark, 2007.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. **Práticas de Recursos Humanos – PRH**: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.

PANTOJA, Maria Júlia; CAMÕES, Marizaura R. de Souza; BERGUE, Sandro Trescastro (org.). **Gestão de pessoas**: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Luís Cesar G. de. **Gestão de pessoas**: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

BOHLANDER, George; SHERMAN, Arthur; SNELL, Scott. **Administração de recursos humanos**. 14. ed. São Paulo: Cengage, 2010.

DEMO, Gisela. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações**: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. **A quinta disciplina**: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Atlas, 2016.

ZARIFIAN, Philippe. **Objetivo competência**: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.



ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS E PATRIMONIAIS

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Administração de Materiais: principais conceitos aplicados à administração pública. Classificação, especificação e normalização de materiais. Gestão de estoques, dimensionamento de estoques, rotatividade de materiais, estoque mínimo, ponto de pedido e custos. Gestão de compras. Armazenagem: princípios, funções e arranjo físico das instalações. Gestão de transporte e logística. A administração do patrimônio público. Procedimentos para a administração patrimonial. Segurança patrimonial. A governança pública e a administração do patrimônio.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FENILI, Renato Ribeiro. **Gestão de materiais**. Brasília: ENAP, 2015.

FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. **Administração de Serviços**: operações, estratégia e tecnologia da informação. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014.

GONÇALVES, Paulo Sérgio. **Administração de materiais**. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

JOHNSTON, Robert; Clark, Graham. **Administração de Operações de Serviço**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais**: uma abordagem logística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

VIANA, João José. **Administração de materiais**: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2009.



ECONOMIA BRASILEIRA

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: políticas agricultura e industrial; política de comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais; políticas sociais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIAMBIAGI, Fabio; CASTRO, Lavínia Barros de; VILLELA, André; HERMANN, Jennifer (org.). **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Saraiva, 2016.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). **Economia brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ABREU, Marcelo de Paiva (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BACHA, Carlos José Caetano. **Entendendo a economia brasileira**. São Paulo: Alínea, 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva. 2011.

WERNER, Baer. **A economia brasileira**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2009.



GOVERNO ELETRÔNICO

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Conceitos e abordagens sobre o governo eletrônico. As experiências de governo eletrônico no Brasil: avanços, obstáculos e perspectivas. Governo eletrônico: transparência e prestação de serviços ao cidadão. A Lei de acesso à informação. Governança eletrônica, participação social e democracia.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CEPIK, Marco, CANABARRO, Diego Rafael (org.). **Governança de TI: Transformando a Administração Pública no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. **Governar em rede: o novo formato do setor público**. Brasília: ENAP, 2006.

PINHO, José Antonio Gomes de (org.). **Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas**. Salvador: UFBA, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro: TIC Governo Eletrônico 2013**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf

FOUNTAIN, Jane E. **Construindo um Estado Virtual: Tecnologia da Informação e Mudança Institucional**. Brasília: ENAP, 2005.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 4, p. 1-18, dezembro 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000400004&lng=en&nrm=iso.

KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria Alexandra. **e-Desenvolvimento no Brasil e no Mundo: subsídios e Programa e-Brasil**. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2007.

VAZ, José Carlos. Administração Pública e Governança Eletrônica: Possibilidades e Desafios para a Tecnologia da Informação. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: GOVERNO ELETRÔNICO: DESAFIOS DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ. **Governo Eletrônico - Os Desafios da Participação Cidadã**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2002. Série Debates n. 24, p. 13-26.



GESTÃO DO CONHECIMENTO

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Sociedade do Conhecimento. Teoria da Gestão do Conhecimento Organizacional. Conhecimento como fator de inovação. Modelos de Gestão. Dimensões da Gestão do Conhecimento. Inteligência Pública.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALVARENGA NETO, Rivadávia Correa Drummond de. **Gestão do conhecimento em organizações**: proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.

BARBIERI, Luiz Fernando S. **Como empreender e inovar por meio da gestão por processos e gestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: UFF, 2009.

BATISTA, Fábio Ferreira. **Modelo de gestão do conhecimento para Administração Pública**. Brasília: IPEA, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANGELONI, Maria Terezinha (org.). **Gestão do Conhecimento no Brasil**: casos, experiências e práticas de empresas privadas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

DUMONT, Danilo Mozeli; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. **Inteligência pública na era do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.

GATTONI, Roberto Luís Capuruço. **Gestão do conhecimento aplicada à prática da gerência de projetos**. Belo Horizonte: FUMEC-FACE, 2004.

PROBST, Gilbert; RAUB, Steffen; ROMHARDT, Kai. **Gestão do conhecimento**: os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookmann, 2007.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.



MÓDULO 6

GESTÃO DE PROJETOS PÚBLICOS

60 horas – 4 créditos

EMENTA

O sistema de planejamento e acompanhamento de projeto. Estruturas organizacionais de projeto. Ciclos e fases do projeto. Definição das áreas de conhecimento do projeto: escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisições, partes interessadas e integração do projeto. Identificação de restrições. Definição dos controles de planejamento do projeto. Avaliação da eficiência, eficácia e efetividade. Técnicas de planejamento, programação e controle de projetos (técnicas de redes, PERT/CPM, ROY, cronogramas etc.). Avaliação econômica e social de projetos. *Softwares* para o gerenciamento de projetos.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CLEMENTE, Ademir (org.). **Projetos empresariais e públicos**. São Paulo: Atlas, 2008.

CONTADOR, Cláudio R. **Projetos sociais: avaliação e prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KEELING, Ralph; BRANCO, Renato Henrique Ferreira. **Gestão de projetos: uma abordagem global**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

REBECHINI JR., Roque; CARVALHO, Marly Monteiro de. (org.). **Gerenciamento de Projetos na Prática: Casos brasileiros**. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.

CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. **Gestão de projetos**. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2013.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto; PIMENTA, Roberto da Costa. **Gestão de Programas e Projetos Públicos**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

GENARI, Breno. **Introdução ao PERT básico**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1967. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23937/000037033.pdf>.

PRADO, Darci. **Planejamento e Controle de Projetos**. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.



ORÇAMENTO PÚBLICO

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas**: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 3. ed. Brasília: Gestão Pública, 2013.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). **Planejamento e Orçamento governamental**. Brasília: ENAP, 2006. v. 2. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213>.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, IX, 2004, Madrid, España. **Anais** [...], Madrid: CLAD, 2004. Disponível em: <http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf>.

FREITAS, Mário Sebastião Nogueira. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, v. 12, n.4, p. 9-24, 2003.

GARCIA, Ronaldo C. Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 23, p. 7-70, 2001.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 26, p. 5-15, 2003.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando. **Disciplina fiscal e qualidade do gasto público**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.



POLÍTICAS PÚBLICAS

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Evolução histórica do Estado e políticas públicas. Estado Desenvolvimentista, Estado de Bem-estar, cidadania e democracia. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. Tendências e questões atuais no estudo das políticas públicas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas: Teoria e Prática**. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: ENAP, 2014. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael.; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas: Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.



LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação e invalidação, controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios e Arranjos de Parceria. Chamamento Público e o Estatuto do Terceiro Setor.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas licitações e contratos**. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

TOLOSA FILHO, Benedito de. **Licitações, Contratos e Convênios**. Curitiba: Juruá, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 29. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Vade-Mécum de Licitações e Contratos**. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.



ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Principais conceitos, instrumentos, características, aplicações e tipos de monitoramento e importância do monitoramento no ciclo de políticas públicas. Caracterização histórica do papel da avaliação no ambiente das políticas públicas, seus conceitos, tipologias e sua importância no ciclo de políticas públicas. O sistema de indicadores como ferramenta para o monitoramento de políticas públicas. Os processos de monitoramento com base na estruturação do modelo lógico. Diferenças entre monitoramento e avaliação de PP. Sistemas e painéis de monitoramento de políticas públicas. Métodos aplicados à avaliação de programas, características quantitativas e qualitativas da pesquisa social. Características e peculiaridades das pesquisas de avaliação de impacto de políticas públicas. Avaliação etnográfica. Avaliação participativa. A dimensão política da avaliação. O papel do avaliador. Visões pós-estruturalistas no campo da avaliação. A cultura da avaliação.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BANCO MUNDIAL. **Monitorização e avaliação**: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004.

MAGALHÃES, Heitor de; BELLONI, Isaura; SOUZA, Luzia Costa de. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2012. e-book.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

RICO, Elizabeth Melo (org.). **Avaliação de Política Sociais**: Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política de avaliação das políticas pública. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p; 97-169, 2005.

ARRETCHE, Marta T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília R. Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 43-55.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Avaliação participativa de Programas Sociais**. São Paulo: Veras, 2000.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2003.



ELETIVA I: RESOLUÇÃO DE CASOS DE ENSINO

30 horas – 2 créditos

EMENTA

O que é um caso de ensino. Objetivos educacionais com o caso de ensino. Aplicação de casos em sala de aula de modo competitivo e colaborativo. Resolução de casos de ensino do tipo problema-solução. Estrutura de um caso. Identificação de situações problemáticas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CHIMENTI, P. C. P. S. Reflexões sobre Casos de Ensino Memoráveis. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 24, n. 5, p. 376-379, 2020.

ROESCH, S. M. A; FERNANDES, F. Como escrever casos para o ensino de administração. São Paulo: Atlas, 2007.

MELLER-DA-SILVA, F.; ORTIZ, R. C. Um ensaio teórico sobre a aceleração da aprendizagem através de um método para resolução de casos de ensino. In: Silva, C. R. M. *Aplicação prática da Administração na economia global*. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020 p. 175-195.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MELLER-DA-SILVA, F.; UENO, H. Y.; SAMPAIO, V. S. A expansão e aplicação de casos para Ensino na Aprendizagem de Discentes em Curso de Administração. *Revista Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia*, v. 05, n.1, p. 108-131, 2019.

FARIA, M.; FIGUEIREDO, K. F. Casos de ensino no Brasil: uma análise bibliométrica e diretrizes para autores. *Revista de Administração Contemporânea*, v.17, n.2, p.176-197, 2013.

ROESCH, S. M. A. Notas sobre a construção de casos para ensino. *Rev. adm. contemp.*, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 213-234, jun 2007.

ALBERTON, A.; SILVA, A. B. DA. Como Escrever um Bom Caso para Ensino? Reflexões sobre o Método. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 22, n. 5, p. 745-761, 3 nov. 2018.



MÓDULO 7

AUDITORIA E CONTROLADORIA

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Probidade administrativa. Conceitos e Tipos de Auditoria Governamental. Elaboração de Relatório de Auditoria. Princípios e sistema de controle na administração pública. Controles da Administração Pública. Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábil e patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na Administração Pública. Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Prestação de contas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ROCHA, Arlindo Carvalho; QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro. **Auditoria governamental**: uma abordagem metodológica da auditoria de gestão. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAÚJO, Inaldo. **Auditoria Governamental**: em breves reflexões. Brasília: Gestão Pública, 2013.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Auditoria governamental**. Brasília: Instituto Serzedello Corrêa, 2011. Disponível em:
<https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24F0A728E014F0B277355651D>.

CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. **Controle interno nos municípios**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Moacir Marques da. **Curso de auditoria governamental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. **Manual de auditoria governamental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.



REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Direito e Economia da Regulação e da Concorrência. O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos. Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil. Defesa do Consumidor. Defesa da Concorrência. Marco regulatório: agências reguladoras e as experiências internacionais, nacionais, estaduais e municipais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico**. 3. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2012.

COUTINHO, Diogo R. **Direito e Economia Política na Regulação de Serviços Públicos**. São Paulo: Saraiva, 2014.

GUERRA, Sérgio. **Agências reguladoras: da organização administrativa piramidal à governança em rede**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **A organização e controle social das agências reguladoras: Crítica aos Anteprojetos de Lei**. Porto Alegre: ABAR, 2004. Disponível em: <http://abar.org.br/?mdocs-file=47701>.

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Direito dos serviços públicos**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

CAMARGO, Ricardo A. L. **Agências de regulação no ordenamento jurídico-econômico brasileiro**. Porto Alegre: Fabris, 2000.

CARDOSO, Henrique Ribeiro. **O Poder Normativo das Agências Reguladoras**. Rio de Janeiro: Lumen Juris Direito, 2017.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, Economia e mercados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.



NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; conflito; negociador; objeto; lugar; modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; e *feedback*. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; e a sentença arbitral. Arbitragem internacional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARVALHAL, Eugenio do; ANDRADE, Gersem Martins de; ARAÚJO, João Vieira de; KNUST, Marcelo. **Negociação e administração de conflitos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FICHTNER, José Antônio; MANNHEIMER, Sérgio Nelson. **Novos temas de arbitragem**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (org.). **Mediação, conciliação e arbitragem**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARCELLA, Roberto Portugal. **Mediação e Arbitragem**. São Paulo: Saraiva, 2016.

CAHALI, Francisco José. **Curso de arbitragem: mediação, conciliação**, Resolução CNJ 125/2010. São Paulo: RT, 2011.

HIRATA, Renato H. **Estilos de negociação: as oito competências vencedoras**. São Paulo: Saraiva, 2007.

LEITE, Jaci Corrêa. **Negociação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves de (coord.). **Negociação, Mediação e Arbitragem**. 2. ed. São Paulo: Editora Método, 2012.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antonio. **Manual de Arbitragem: Mediação e Conciliação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.



INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Histórico e conceitos de inovação. Gestão da inovação nas organizações. Inovação no ambiente da gestão pública. Fatores facilitadores e limitadores da inovação. Difusão de inovações. Inovação nos serviços. Disseminação de inovações na Administração Pública Brasileira: trajetórias, padrões e experiências.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CAVALCANTE, Pedro; CAMÕES, Marizaura; CUNHA, Bruno; SEVERO, Willber. **Inovação no Setor Público**: teoria, tendências e casos no Brasil. Brasília: ENAP-IPEA, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=31178.

CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (org.). **Gestão integrada da inovação**: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2009.

FIGUEIREDO, Paulo N. **Gestão da Inovação**: Conceitos, Métricas e Experiências de Empresas no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DUBOIS, Richard; LINS, João (coord.). **Inovação na Gestão Pública**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local**: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

EDEIROS, Paulo César (org.). **Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados**. São Paulo: Qualitymark, 2008.

MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação organizacional**: a teoria e a prática de inovar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

OLIVEIRA, Luiz Guilherme de; SANTANA, Rafael Liberal Ferreira de; GOMES, Vanessa Cabral. **Inovação no setor público**: uma reflexão a partir das experiências premiadas no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Brasília: ENAP, 2014. Cadernos ENAP n. 38.



GESTÃO DA QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Conceitos, princípios e evolução da qualidade. Planejamento e controle da qualidade. Modelos, sistemas e ferramentas da qualidade. Melhoria em operações. Qualidade em serviços: projeto, desenho de processos, programação de serviços e controle de qualidade.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AMBROZEWICZ, Paulo Henrique Laporte. **Gestão da Qualidade na Administração Pública**. São Paulo: Atlas, 2014.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de serviços**. Porto Alegre: Bookman, 2014.

MIGUELES, Carmem; ZANINI, Marco Túlio. **Excelência em gestão pública**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. **Gestão de serviços**. São Paulo: Atlas, 2002.

JURAN, Joseph M. **A qualidade desde o projeto**: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços. São Paulo: Pioneira, 1998.

MARSHALL JUNIOR, Isnard; CIERCO, Agliberto Alves; ROCHA, Alexandre Varranda. **Gestão da qualidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

MATIAS-PEREIRA, José. **Administração Pública**: Foco nas Instituições e Ações Governamentais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

VELOSO, Luiz Paulo. **QualiCidades**: Poder Local e Qualidade na Administração Pública. Rio de Janeiro: QualityMark, 2006.



ELETIVA II - ELABORAÇÃO DE CASOS DE ENSINO

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Objetivos educacionais com o caso de ensino. Estrutura de um caso. Identificação de situações problemáticas. Redação do caso. Apresentação da versão final. Criatividade e disciplina do escritor. Coleta de dados. Elaboração e construção de caso de ensino no ambiente público organizacional.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CHIMENTI, P. C. P. S. Reflexões sobre Casos de Ensino Memoráveis. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 24, n. 5, p. 376-379, 2020.

ROESCH, S. M. A; FERNANDES, F. Como escrever casos para o ensino de administração. São Paulo: Atlas, 2007.

ROESCH, S. M. A. Notas sobre a construção de casos para ensino. *Rev. adm. contemp.*, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 213-234, jun 2007.

ALBERTON, A.; SILVA, A. B. DA. Como Escrever um Bom Caso para Ensino? Reflexões sobre o Método. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 22, n. 5, p. 745-761, 3 nov. 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

MELLER-DA-SILVA, F.; UENO, H. Y.; SAMPAIO, V. S. A expansão e aplicação de casos para Ensino na Aprendizagem de Discentes em Curso de Administração. *Revista Ensino e Pesquisa em Administração e Engenharia*, v. 05, n.1, p. 108-131, 2019.

FARIA, M.; FIGUEIREDO, K. F. Casos de ensino no Brasil: uma análise bibliométrica e diretrizes para autores. *Revista de Administração Contemporânea*, v.17, n.2, p.176-197, 2013.

MELLER-DA-SILVA, F.; ORTIZ, R. C. Um ensaio teórico sobre a aceleração da aprendizagem através de um método para resolução de casos de ensino. In: Silva, C. R. M. *Aplicação prática da Administração na economia global*. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020 p. 175-195.



MÓDULO 8

RESPONSABILIDADE SOCIAL E TERCEIRO SETOR

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Gestão de projetos sociais. Responsabilidade social: parcerias e empreendedorismo social. Terceiro setor: marcos legais e certificações.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CABRAL, Eloisa Helena de. **Terceiro setor: gestão e controle social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LACRUZ, Adonai José. **Gestão de projetos no terceiro setor: uma aplicação prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro setor: História e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.

DRUCKER, Peter F. **Administração em organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. São Paulo: Pioneira, 1994.

QUINTEIRO, Eudósia Acuña (org.). **Um sensível olhar sobre terceiro setor**. São Paulo: Summus, 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

ZARPELON, Márcio Ivanor. **Gestão e responsabilidade social**. São Paulo: Quality-mark, 2011.



GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Desenvolvimento sustentável; Objetivos de desenvolvimento sustentável; organizações e sustentabilidade; impactos positivos e negativos das organizações na sociedade; gestão ambiental organizacional: definição e história; estágios evolutivos da gestão ambiental organizacional; instrumentos e práticas de gestão ambiental; interfaces entre gestão ambiental e áreas clássicas da gestão organizacional; gestão ambiental e administração pública no Brasil; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); municípios, estados e União na busca pela sustentabilidade; licitações e compras sustentáveis no Brasil. ISO 14000. Noções de auditoria ambiental.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JABBOUR, Ana Beatriz Lopez de Sousa; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. **Gestão ambiental nas organizações: fundamentos e tendências**. 1. ed. São Paulo, Atlas, 2013.

BLIACHERIS, Marcos Weiss; FERREIRA, Maria Augusta Soares de Oliveira (co-ord.). **Sustentabilidade na Administração Pública: valores e práticas de gestão socioambiental**. 1. ed. São Paulo: Fórum, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BARROS, Ricardo Luiz Peixoto de. **Gestão ambiental empresarial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

DIAS, Reinaldo. **Sustentabilidade: Origem e Fundamentos. Educação e Governança Global. Modelo de Desenvolvimento**. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

FENKER, Eloy Antônio; DIEHL, Carlos Alberto; ALVES, Tiago Wickstrom; KALINOWSKI, Carina. **Gestão Ambiental: Incentivos, Riscos e Custos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

PHILIPPI JR, Arlindo; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. **Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2012.



GESTÃO DE REDES DE COOPERAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA
30 horas – 2 créditos

EMENTA

Conceito, gênese e tipos de redes. Modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas e redes públicas de cooperação. Redes comunitárias. Complementaridade e Supletividade nas redes híbridas.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2018.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (org.). **Governar em rede**: o novo formato do setor público. Brasília: Editora ENAP/SENA, 2011.

PAULILO, Luiz Fernando; SACOMANO NETO, Mário; GARCIA, Luciano Metidieri. **Governanças de redes**: economia, política e sociedade. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANTUNES, Junico; BALESTRIN, Alsones; VERSCHO, Jorge. **Práticas de gestão de redes de cooperação**. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2010.

CRUZ, Junior Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano; AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi (org.). **Redes Sociais e Organizacionais em Administração**. Curitiba: Juruá, 2008.

CRUZIO, Helnon de Oliveira. **Cooperativas em redes de autogestão do conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FLEURY, Sonia; OUVÉNEY, Assis M. **Gestão de Redes**: a estratégia de regionalização da política de saúde. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. São Paulo: UNESP, 2014.



EMPREENDEDORISMO GOVERNAMENTAL

30 horas – 2 créditos

EMENTA

Cultura Empreendedora: definição e origem. Empreendedorismo privado e público. Gestão Empreendedora no serviço público: análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações. Casos de sucesso: fatores críticos. Gestão por resultados. Perfil e Comportamento Empreendedor: características, habilidade, comportamento e atitude. Empreendedor, Intraempreendedor e Empreendedor estratégico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado empreendedor**: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

GERBER, Michael E. **Empreender Fazendo a Diferença**. São Paulo: Fundamento, 2004.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Planejamento Estratégico Municipal**: empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e Organizações Públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DORNELAS, José. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BANDEIRA, Cynthia. **Aprender a Empreender**. Juiz de Fora: Esdeva, 2006.

HERMANN, Ingo Louis. **Empreendedorismo e Estratégia**. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2005.

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2010.

SOLONCA, Davi. **Gestão por Resultados na Administração Pública**. 2. ed. Santa Catarina: Biblioteca Universitária da Unisul, 2007.



COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

60 horas – 4 créditos

EMENTA

Sistema internacional, equilíbrio do poder e poderes emergentes. Teorias da cooperação internacional. Cooperação para o desenvolvimento. Modelos e experiências de cooperação internacional. Atores e agendas da cooperação internacional. Cooperação sul-sul. A experiência do Brasil com a cooperação para o desenvolvimento. Cooperação internacional em estados e municípios. Desafios, limites e possibilidades da cooperação técnica internacional. Instrumentos da cooperação técnica para o desenvolvimento: projetos, indicadores, acordos e matriz lógica.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

RICÚPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. **O que são relações internacionais**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

SEITENFUS, Ricardo. **Manual das organizações internacionais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALMINO, João; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). **30 anos da ABC: Visões da Cooperação Técnica Internacional Brasileira**. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC_05_05_V_7.pdf.

DIAS, Reinaldo. **Relações internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global**. São Paulo: Atlas, 2010.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LESSA, Antonio Carlos; VIDIGAL, Carlos Eduardo; DORATIOTO, Francisco; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **História das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2015.

ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (org.). **Cidades em relações internacionais**. São Paulo: Desatino, 2009.



DISCIPLINAS OPTATIVAS

REDAÇÃO OFICIAL

30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 1A)

EMENTA

Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Manual de Redação**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Manual de redação da Presidência da República**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

GOLD, Miriam. **Redação Empresarial**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BLIKSTEIN, Izidoro. **Técnicas de comunicação escrita**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

BUSUTH, Mariangela Ferreira. **Redação Técnica Empresarial**. 2. ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2010.

LEDUR, Paulo Flávio. **Manual de Redação oficial**. 1. ed. Porto Alegre: AGE, 2014.

MEDEIROS, João Bosco. **Correspondência**: técnicas de comunicação criativa. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação. **Padronização e redação dos atos oficiais**. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2013.



LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)
30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 1B)

EMENTA

Desmistificação de ideias recebidas relativamente às línguas de sinais. A língua de sinais como língua utilizada pela comunidade surda brasileira. Introdução à Língua Brasileira de Sinais: usar a língua em contextos que exigem comunicação básica, como se apresentar, realizar perguntas, responder perguntas e dar informações sobre alguns aspectos pessoais. Conhecer aspectos culturais específicos da comunidade surda brasileira.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FINGER, Ingrid; QUADROS, Ronice Müller de. **Teorias de aquisição da linguagem**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2017.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?**: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: ArtMed, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ALBRES, Neiva de Aquino; VILHALVA, Shirley. **Língua de sinais**: processo de aprendizagem como segunda língua. Rio de Janeiro: Arara Azul, 2004. Disponível em: <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo12.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2018.

FELIPE, Tânia A. **LIBRAS em contexto**: curso básico. Livro do Estudante. 8. ed. Brasília: MEC, 2007.

OLIVEIRA, José Carlos de. **Didática e Educação de surdos**. Paraná: Unicentro, 2015. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/950/5/DID%C3%81TICA%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20DE%20SURDOS.pdf>.

QUADROS, Ronice Müller de. **Educação de surdos**: aquisição da linguagem. Porto Alegre: ArtMed, 2008. Recurso eletrônico.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima. (org.). **Bilinguismo dos surdos**: Questões linguísticas e educacionais. Goiânia: Cênone Editorial, 2007.



MARKETING E SOCIEDADE

30 horas – 2 créditos - (disciplina Optativa 2A)

EMENTA

Filosofia, papel e impacto do *marketing* nas organizações e na sociedade. Estudo e tendências da comunidade local e regional para definição do interesse público. Estudos e definições sobre a prestação e utilização dos serviços públicos. Compatibilidade dos interesses do cidadão com os da administração pública. Organização do *marketing* social. O sistema de formação e do planejamento do *marketing* social. O *marketing* de relacionamento na governança pública municipal e regional. O município e região na visão do *marketing* social.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DIAS; Sérgio Roberto *et al.* **Gestão de Marketing**. São Paulo: Saraiva, 2011. Recurso eletrônico.

FERRELL, O. C.; HARTLINE, Michael D. **Estratégia de marketing: Teoria e Casos**. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2017.

KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0: Do tradicional ao digital**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. Recurso digital.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

PINTO, Djalma. **Marketing: política e sociedade**. São Paulo: Companhia dos livros, 2010.

LARA, Rodrigo Diniz. **Marketing de Relacionamento do Setor Público: um modelo de gestão da relação entre os cidadãos e a administração pública**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro do Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SLOMSKI, Valmor. **Governança Corporativa e Governança na Gestão Pública**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

SILVA, Edson Coutinho da Silva. Marketing Público: Uma plataforma de “trocas” no setor público. **Revista Eletrônica da Administração** (Online), v. 14, n. 1, ed. 26, p. 20-42, 2015. Disponível em:
<http://periodicos.unifacef.com.br/index.php/rea/article/download/748/809>.



GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I
30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 2B)

EMENTA

Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial: Transporte, Administração de Materiais e Distribuição Física**. São Paulo: Atlas, 2012.

BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; COOPER, M. Bixby; BOWERSOX, John C. **Gestão Logística da Cadeia de Suprimento**. 4. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2014.

CHRISTOPHER, Martin. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 2012.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CORRÊA, Henrique Luiz. **Gestão de Redes de Suprimento**. São Paulo: Atlas, 2013.

DORNIER, Philippe-Pierre; ERNST, Ricardo; FENDER, Michel; KOUVELIS, Panos. **Logística e Operações Globais**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

NOVAES, Antonio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística**. São Paulo: Atlas, 2015.



DIREITO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA
30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 3A)

EMENTA

Direito Tributário: conceitos, origens e fontes. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Interpretação da lei tributária. Tributação e direitos fundamentais: dos direitos sociais aos limites do poder de tributar. Estudo e discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal e tributos em espécie.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

CARRAZZA, Roque Antônio. **Curso de Direito Constitucional Tributário**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de direito tributário**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

TORRES, Ricardo Lobo. **Curso de Direito Financeiro e Tributário**. 19. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

BORGES, Humberto Bonavides. **Planejamento Tributário: IPI, ICMS, ISS e IR**. 13. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2014.

CASSONE, Vittorio. **Interpretação do Sistema Tributário Nacional e o STF: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2012.

COELHO, Sacha Calmon Navarro. **Curso de Direito Tributário Brasileiro**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.



TÓPICOS ESPECIAIS DE GESTÃO MUNICIPAL

30 horas – 2 créditos (disciplina Optativa 3B)

EMENTA

O fenômeno urbanização na contemporaneidade: evolução histórica, dinâmica de formação e transformação do espaço municipal/metropolitano. O marco legal e instrumentos para o planejamento e gestão municipal. O Plano Diretor Municipal. Financiamento do gasto público municipal. Responsabilidades do Poder Local e da Sociedade Civil.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. Imperatriz, MA: Ética, 2016.

GONÇALVES, Marcos Flávio R. (coord.). **Manual do Prefeito**. Rio de Janeiro: IBAM, 2016.

VELOSO, João Francisco Alves; MONASTERIO, Leonardo Monteiro; VIEIRA, Roberta da Silva; MIRANDA, Rogério Boueri (org.). **Gestão Municipal no Brasil: um retrato das prefeituras**. Brasília: IPEA, 2011.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, Nilton de Aquino (org.). **Planejamento Governamental para Municípios: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Guia Básico para a Gestão dos Municípios**. Brasília: MP, 2008.

PINHEIRO, Otilie Macedo (coord.). **Acesso à terra urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena**. Florianópolis: UFSC; Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP: Nobel, 2016.



ANEXO C – Corpo Docente que participa da Gestão do Curso

Abaixo, apresenta-se os membros que compõem o Colegiado do Curso, no ano de 2020.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
ACO - Sistema de Gestão de Conselhos Acadêmicos
Relação de Membros por Conselho

Administração Pública-Ed. a Distância

NOME	CATEG.	DEPTO	RAMAL	TELEFONE
Fabrizio Meller da Silva	C	DAD	4906	99239560
Priscilla Borgonhoni Chagas	P	DAD	4906	9943-6522
Maurício Reinert do Nascimento	P	DAD	4906	8801-7082
Marcio Pascoal Cassandre	P	DAD		(43) 8416-0391
Lígia Greatti	P	DAD	4906	9107-9001
Josiane Silva de Oliveira	P	DAD	4906	9823 - 2150
Glauca de Souza Munhoz	P	DAD	3752	8804-0540
Fabiane Cortez Verdu	P	DAD	4906/3761	8801-1630
Augusto Cesare de Campos Soares	P	DAD	4906/5977	9937-2602
Priscilla Borgonhoni Chagas	P	DAD	4906	9951-0406
Roberto Rivelino Martins Ribeiro	P	DCC	4910	99111-7425
Ana Cristina Lima Couto	P	DCO	4905	
Henrique Manoel da Silva	P	DFE	4839	9973-1580

Abaixo, apresenta-se os docentes que atuam e já atuaram nas disciplinas ministradas em anos anteriores.

Docente	Disciplina	Série
MARIA LUISA FURLAN COSTA	INTRODUCAO A EDUCACAO A DISTANCIA	1ª
JOÃO MARCELO CRUBELLATE	FILOSOFIA E ETICA	1ª
GLAUCIA DE SOUZA MUNHOZ	TEORIAS DA ADMINISTRACAO I	1ª
ELISANGELA LUZIA ARAUJO	INTRODUCAO A ECONOMIA	1ª
KEZIA DE LUCAS BONDEZAN	INTRODUCAO A ECONOMIA	1ª
FÁBIO JOSÉ ORSINI LOPES	PSICOLOGIA	1ª
MAURÍCIO REINERT	METOD.DO ESTUDO E DE PESQ.EM ADMIN.	1ª
VALTER AFONSO VIEIRA	SEMINARIO INTEGRADOR	1ª
CELENE TONELLA	CIENCIA POLITICA	1ª
MARCIO PASCOAL CASSANDRE	TEORIAS DA ADMINISTRACAO II	1ª
ELISANGELA LUZIA ARAUJO	MACROECONOMIA	1ª



MARIA DE FÁTIMA GARCIA	MACROECONOMIA	1ª
NILTON FACCI	CONTABILIDADE GERAL	1ª
LAERTE BEMM	MATEMATICA PARA ADMINISTRADORES	1ª
CARLOS HENRIQUE MARRONI	SEMINARIO TEMATICO I	1ª
MARCIO NOVELI	OPTATIVA (INFORMÁTICA PARA ADMINISTRADORES)	1ª
LIGIA GREATTI	TEORIAS DA ADMINISTRACAO PUBLICA	2ª
CELENE TONELLA	SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL	2ª
JAIME GRACIANO TRINTIN	ECONOMIA BRASILEIRA	2ª
KATIA H. OMOTO URPIA	ECONOMIA BRASILEIRA	2ª
THAÍS ALVES DA SILVA	CONTABILIDADE PUBLICA	2ª
SÔNIA LETÍCIA DE MÉLLO CARDOSO	INSTIT.DE DIREITO PUBLICO E PRIVADO	2ª
JULIANO DOMINGUES DA SILVA	SEMINARIO TEMATICO II	2ª
THAÍS ALVES DA SILVA	TEORIAS DAS FINANÇAS PUBLICAS	2ª
JULIANO DOMINGUES DA SILVA	PROC.ADMINIST. E TOMADA DE DECISAO	2ª
JOÃO OTÁVIO MONTANHA ENDRICI	SIST.DE INF.E COMUN.P/O SETOR PUBL.	2ª
CARLOS APARECIDO DOS SANTOS	ESTATISTICA APLIC. A ADMINISTRACAO	2ª
SOLANGE MONTANHER ROSOLEN	DIREITO ADMINISTRATIVO	2ª
LIGIA GREATTI	SEMINARIO TEMATICO III	2ª
LIGIA FIEDLER	PLANEJ.E PROGR.NA ADMINISTR.PUBLICA	3ª
CLEICIELE ALBUQUERQUE AUGUSTO	GESTAO DE PESSOAS NO SETOR PUBLICO	3ª
CAROLINA ANDRÉA GÓMEZ WINKLER SUDRÉ	GESTAO DE OPERACOES E LOGISTICA I	3ª
VICENTE CHIARAMONTE PIRES	MATEMAT.FINANC.E ANAL. DE INVESTIM.	3ª
ANTONIO RAFAEL MARCHEZAN FERREIRA	LEGISLACAO TRIBUTARIA E COMERCIAL	3ª
LÍGIA GREATTI	SEMIN.TEMAT.I NA LINHA DE FORM.ESP	3ª



VALDIR GOMES	TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO I	3ª
KERLA MATTIELLO	ORCAMENTO PUBLICO	3ª
JOÃO OTÁVIO MONTANHA ENDRICI	ADMINISTRACAO ESTRATEGICA	3ª
CAROLINA ANDRÉA GÓMEZ WINKLER SUDRÉ	GESTAO DE OPERACOES E LOGISTICA II	3ª
VALTER AFONSO VIEIRA	ELABORACAO E GESTAO DE PROJETOS	3ª
FRANCIELLI MARTINS BORGES LADEIRA	RESPONSABIL.SOCIAL E TERCEIRO SETOR	3ª
LÍGIA FIEDLER	RESPONSABIL.SOCIAL E TERCEIRO SETOR	3ª
ELISABETE CAMILO	SEM.TEM.II NA LINHA DE FORM.ESPEC.	3ª
LÍGIA GREATTI	TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO II	3ª
JOSE SANTO DAL BEM PIRES	AUDITORIA E CONTROLADORIA	4ª
VALTER AFONSO VIEIRA	NEGOCIACAO E ARBITRAGEM	4ª
MARCIO NOVELLI	TECNOLOGIA E INOVACAO	4ª
OLGA MARIA COUTINHO PEPECE	MARKETING GOVERNAMENTAL	4ª
ROBSON LUIS MORI	GESTAO DA REGULACAO	4ª
ELISABETE CAMILO	SEM.TEM.III NA LINHA DE FORM.ESPEC.	4ª
LÍGIA GREATTI	TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO III	4ª
WILLIAM ANTONIO BORGES	POLITICAS PUBLICAS E SOCIEDADE	4ª
VILMA MEURER SELA	POLITICAS PUBLICAS E SOCIEDADE	4ª
VALDIR GOMES	GESTAO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	4ª
ANTONIORAFEL MARCHEZAN FERREIRA	RELACOES INTERNACIONAIS	4ª
FABRÍZIO MELLER DA SILVA	EMPREENDEDORISMO GOVERNAMENTAL	4ª
ELISABETE CAMILO	SEM.TEM.IV NA LINHA DE FORM.ESPEC.	4ª
LÍGIA GREATTI	TRABALHO DE CONCLUSAO DE CURSO IV	4ª



DOCENTE
ANTONIO RAFAEL MARCHEZAN FERREIRA ESTATUTÁRIO – PROF. ADJUNTO TIDE BA, DIREITO, 1996, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ ME, DIREITO NEGOCIAL, 2002, UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA DO, 2016, DIREITO, PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
CARLOS APARECIDO DOS SANTOS ESTATUTARIO DES AS1 PROF.ASSOCIADO TIDE N.A LI 02-03-1989 MATEMATICA UNIV EST PAUL JULIO DE MESQUITA FILHO/PP ME 15-12-1994 MATEMATICA DA COMPUTACAO UNIVERSIDADE DE SAO PAULO/SAO CARLOS DO * 04-03-2010 ESTATISTICA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS
CARLOS HENRIQUE MARRONI ESTATUTÁRIO - PROF. ADJUNTO TIDE BA 22-02-1997 CIENCIAS CONTABEIS,UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ES 21-08-2000, CONTROLADORIA E GERENCIA FINANCEIRA ,UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 17-10-2002 ENGENHARIA DE PRODUCAO , UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, PUBLICA FUNDACAO GETULIO VARGAS/SP
CAROLINA ANDRÉA GÓMEZ WINKLER SUDRÉ CR E DAD PD1 PROF.ADJUNTO T-40 BA 28-01-2011 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 16-09-2013 ADMINISTRACAO ORGANIZACOES E EMPREENDEDORISMO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 20-02-2018 ADMINISTRACAO ORGANIZACOES E EMPREENDEDORISMO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA
CELENE TONELLA ESTATUTARIO DCS AS3 PROF.ASSOCIADO TIDE N.C BA 22-12-1982 CIENCIAS SOCIAIS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS LI 20-12-1984 CIENCIAS SOCIAIS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS ME 30-10-1991 CIENCIA POLITICA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS DO * 04-04-1997 HISTORIA UNIV EST PAUL JULIO DE MESQUITA FILHO/AS
CLEICIELE ALBUQUERQUE AUGUSTO CR E DAD PD1 PROF.ADJUNTO T-40 GR 25-01-2009 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 23-02-2011 ADMINISTRACAO GESTAO DE NEGOCIOS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 09-02-2015 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ELISABETE CAMILO C R E DAD PS1 PROF.ASSISTENTE T-40 GR 13-02-1993 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ES 29-04-2003 AUDITORIA E PERICIA CONTABIL UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME * 31-07-2014 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA



ELISANGELA LUZIA ARAUJO ESTATUTARIO DCO PD3 PROF.ADJUNTO TIDE N.C GR 19-02-2000 CIENCIAS ECONOMICAS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 22-10-2010 ECONOMIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 10-06-2015 ECONOMIA DO DESENVOLVIMENTO UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO G DO SUL
FÁBIO JOSÉ ORSINI LOPES ESTATUTARIO DPI PD2 PROF.ADJUNTO TIDE N.B GR 04-07-2003 PSICOLOGIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 12-04-2010 EDUCACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 08-04-2016 PSICOLOGIA EDUCACAO UNIV EST PAUL JULIO DE MESQUITA FILHO/AS
FABRÍZIO MELLER DA SILVA ESTATUTARIO DAD PD2 PROF.ADJUNTO TIDE N.B GR 20-12-2002 ADMINISTRACAO CENTRO DE ENS.SUPERIOR DE MARINGA ES 30-12-2004 GESTAO INTERNACIONAL UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 30-09-2009 ADMINISTRACAO GESTAO DE NEGOCIOS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 26-02-2016 ADMINISTRACAO GESTAO DE NEGOCIOS UNIVERSIDADE POSITIVA
FRANCIELLI MARTINS BORGES LADEIRA CRE PROF. ASSISTENTE T-40 GR, 29/02/2010, ADMINISTRAÇÃO,UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ ME 22/10/2013, ADMINISTRAÇÃO,UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
GLAUCIA DE SOUZA MUNHOZ ESTATUTARIO DAD PD4 PROF.ADJUNTO TIDE N.D GR 07-08-1982 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 07-03-2002 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 24-04-2007 GEOGRAFIA UNIV EST PAUL JULIO DE MESQUITA FILHO/PP
JAIME GRACIANO TRINTIN ESTATUTARIO DCO AS3 PROF.ASSOCIADO TIDE N.C BA 04-08-1984 CIENCIAS ECONOMICAS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 11-07-1989 ECONOMIA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO DO * 14-05-2001 ECONOMIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
JOÃO MARCELO CRUBELLATE ESTATUTARIO PLD AS2 PROF.ASSOCIADO TIDE N.B GR 02-03-1996 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 07-03-1998 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 28-06-2004 ADMINISTRACAO DE EMPRESAS FUNDACAO GETULIO VARGAS/SP PD EM FILOSOFIA, 2014, PUG - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE GREGORIANA (ROMA-ITÁLIA)
JOÃO OTÁVIO MONTANHA ENDRICI C R E DAD PS1 PROF.ASSISTENTE T-40 BA 08-05-2004 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME * 10-12-2008 ADMINISTRACAO GESTAO DE NEGOCIOS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA



JOSE SANTO DAL BEM PIRES ESTATUTÁRIO – PROF. ASSOCIADO TIDE BA 04-08-1978 CIENCIAS CONTABEIS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ES 30-04-1980 CONTABILIDADE CIENCIAS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ES 06-05-1985 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 30-07-2001 ENGENHARIA DE PRODUCAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SAO CARLOS DO * 22-08-2005 ENGENHARIA DE PRODUCAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
JULIANO DOMINGUES DA SILVA ESTATUTARIO DAD PD1 PROF.ADJUNTO TIDE N.A GR 07-02-2007 ADMINISTRACAO FAC EST CIEN E LETRAS DE CAMPO MOURAO ES 04-08-2012 COMUNICACAO EMPRESARIAL FACULDADES MARINGA ME 14-04-2015 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 24-10-2018 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA
KATIA HARUMI OMOTO URPIA ESTATUTARIO DCO PS2 PROF.ASSISTENTE TIDE N.B GR 08-05-2004 CIENCIAS ECONOMICAS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME * 30-08-2006 ECONOMIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA
KERLA MATTIELLO ESTATUTARIO DCC PD1 PROF.ADJUNTO TIDE N.A GR 05-07-2003 CIENCIAS CONTABEIS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ES 29-06-2005 GERENCIAMENTO DE MICRO E PEQ. EMPRES EM UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS ME 29-09-2008 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 04-05-2018 ADMINISTRACAO PUBLICA E GOVERNO FUNDACAO GETULIO VARGAS/SP
KEZIA DE LUCAS BONDEZAN ESTATUTARIO DCO PD2 PROF.ADJUNTO TIDE N.B GR 08-05-2004 CIENCIAS ECONOMICAS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 09-03-2006 ECONOMIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 16-05-2014 ECONOMIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA
LAERTE BEMM ESTATUTARIO DMA PD4 PROF.ADJUNTO TIDE N.D GR 29-04-2006 MATEMATICA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA ME 19-02-2008 MATEMATICA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 12-08-2011 MATEMATICA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO G DO SUL
LIGIA FIEDLER C R E DAD PS1 PROF.ASSISTENTE T-40 BA 04-04-2008 ADMINISTRACAO FAC.CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS-CASCADEL ME * 29-04-2011 ADMINISTRACAO ESTRATEGIA E ORGANIZACOES UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
LÍGIA GREATTI ESTATUTARIO DAD PD2 PROF.ADJUNTO TIDE N.B GR 19-02-2000 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 06-08-2003 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 12-06-2017 ADMINISTRACAO E GOVERNO FUNDACAO GETULIO VARGAS/SP



MARCIO NOVELI ESTATUTARIO DAD PD2 PROF.ADJUNTO TIDE N.B GR 08-05-2004 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 28-04-2006 ADMINISTRACAO ESTRATEGIA E ORGANIZACOES UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA DO * 06-02-2013 ADMINISTRACAO DE EMPRESAS FUNDACAO GETULIO VARGAS/SP
MARCIO PASCOAL CASSANDRE ESTATUTARIO DAD PD4 PROF.ADJUNTO TIDE N.D BA 03-08-1998 ADMINISTRACAO FAC EST DE CIENC ECONOMICAS DE APUCARANA ES 22-12-2002 ADMINISTRACAO EM MARKETIN FUNDACAO DE ESTUDOS SOCIAIS DO PARANA DO * 19-12-2012 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE POSITIVA
MARIA DE FÁTIMA GARCIA ESTATUTARIO DCO AS3 PROF.ASSOCIADO TIDE N.C BA 13-03-1979 CIENCIAS ECONOMICAS UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA ME 04-11-1985 ECONOMIA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO G DO SUL DO * 12-05-1995 ECONOMIA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
MARIA LUISA FURLAN COSTA ESTATUTARIO DFE AS1 PROF.ASSOCIADO TIDE N.A LI 11-08-1990 HISTORIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 27-06-1997 EDUCACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 19-02-2010 EDUCACAO UNIV EST PAUL JULIO DE MESQUITA FILHO/AR
MAURÍCIO REINERT DO NASCIMENTO ESTATUTARIO DAD AS2 PROF.ASSOCIADO TIDE N.B GR 15-12-1994 ADMINISTRACAO FAC CATOLICA DE ADMINISTRACAO E ECONOMIA ME 31-08-2000 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA DO * 10-08-2006 ADMINISTRACAO FUNDACAO GETULIO VARGAS/SP PD EM SOCIOLOGIA, 2016, MAX-PLANCK-GESELLSCHAFT (ALEMANHA)
NILTON FACCI ESTATUTARIO DCC PD1 PROF.ADJUNTO TIDE N.A BA 10-02-1990 CIENCIAS CONTABEIS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ES 10-02-1995 CONTABILIDADE GERENCIAL UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 19-05-2017 ADMINISTRACAO PUBLICA E GOVERNO ADMINISTRACAO FUNDACAO GETULIO VARGAS/SP
OLGA MARIA COUTINHO PEPECE ESTATUTARIO PPA AS2 PROF.ASSOCIADO TIDE N.B GR 16-07-1997 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA ME 17-08-2000 ADMINISTRACAO INSTITUICOES DO PARANA DO * 30-06-2009 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA
ROBSON LUIS MORI ESTATUTARIO DCO AS1 PROF.ASSOCIADO TIDE N.A GR 19-02-2000 CIENCIAS ECONOMICAS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 09-12-2002 ECONOMIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 18-03-2011 CIENCIAS ECONOMIA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



SÔNIA LETÍCIA DE MÉLLO CARDOSO ESTATUTARIO DDP AS2 PROF.ASSOCIADO TIDE N.B BA 06-08-1983 DIREITO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ES 04-08-1989 DIREITO PRIVADO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 04-11-1996 DIREITO DO ESTADO UNIVERSIDADE DE SAO PAULO DO * 03-07-2006 DIREITO DO ESTADO UNIVERSIDADE DE SAO PAULO
THAÍS ALVES DA SILVA C R E DCC PS1 PROF.ASSISTENTE T-20 GR 17-01-2014 CIENCIAS CONTABEIS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME * 17-08-2016 CIENCIAS CONTABEIS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA
VALDIR GOMES ESTATUTARIO DAD PD3 PROF.ADJUNTO TIDE N.C GR 14-01-1984 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ES 10-09-1986 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 24-08-2001 ENGENHARIA DE PRODUCAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA DO * 25-04-2014 GEOGRAFIA ANALISE REGIONAL E AMBIENTAL UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA
VALTER AFONSO VIEIRA ESTATUTARIO DAD AS1 PROF.ASSOCIADO TIDE N.A GR 20-12-1999 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE NORTE DO PARANA ME 20-12-2006 ADMINISTRACAO MARKETING UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO G DO SUL DO * 03-10-2008 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE DE BRASILIA
VICENTE CHIARAMONTE PIRES ESTATUTARIO DAD PD3 PROF.ADJUNTO TIDE N.C BA 24-01-1981 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA BA 18-12-1982 CIENCIAS CONTABEIS UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ES 06-05-1985 SISTEMAS DE INFORMACOES UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 19-08-1999 ADMINISTRACAO ESTRATEGIA E ORGANIZACOES UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA DO * 12-08-2014 ECONOMIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA
VILMA MEURER SELA ESTATUTARIO DAD PD2 PROF.ADJUNTO TIDE N.B GR 19-02-2000 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 06-08-2003 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 26-05-2017 ADMINISTRACAO PUBLICA E GOVERNO FUNDACAO GETULIO VARGAS/SP
WILLIAM ANTONIO BORGES ESTATUTARIO DAD PD4 PROF.ADJUNTO TIDE N.D GR 27-07-2002 ADMINISTRACAO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA ME 29-10-2004 GEOGRAFIA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGA DO * 27-03-2013 ADMINISTRACAO PUBLICA E GOVERNO FUNDACAO GETULIO VARGAS/SP



ANEXO D – Regimento de Estágio

R E S O L U Ç Ã O Nº 009/2010-CEP

CERTIDÃO

Certifico que a presente resolução foi afixada em local de costume, nesta Reitoria, no dia 23/7/2010.

Isac Ferreira Lopes, Secretário.

Dispõe sobre o componente Estágio Curricular Supervisionado nos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu da Universidade Estadual de Maringá e revoga a Resolução nº 027/2005-CEP.

Considerando o conteúdo das fls. 611 a 679 do Processo no 717/2001-PRO - volume 2;

Considerando o disposto no Processo nº 2.503/2009-PRO;
considerando o disposto na Lei Federal nº 11.788, de 25/9/2008, que dispõe sobre o estágio de alunos de estabelecimentos de ensino superior e de ensino profissionalizante do 2º grau e supletivo, e adota outras providências;

considerando o disposto na Deliberação nº 002/2009 do Conselho Pleno do Conselho Estadual de Educação;

considerando o disposto nos Pareceres nos 015/2010-CGE e 002/2010-CPG;

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO APROVOU E EU, REITOR, SANCIONO A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º Esta Resolução estabelece as diretrizes e normas básicas para organização e funcionamento do componente Estágio Curricular Supervisionado de alunos matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e recebimento de alunos de outras instituições para realização do componente Estágio Curricular Supervisionado, doravante denominado “Estágio”, no âmbito da UEM.

Art. 2º O Estágio compreende as seguintes modalidades regulamentadas no projeto pedagógico de cada curso:

I. Estágio Obrigatório: aquele definido como tal no projeto do curso, cujo cumprimento da carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

II. Estágio Não-Obrigatório: aquele desenvolvido como atividade opcional.

§ 1º Em ambos os casos, o Estágio e a carga horária realizada devem ser registrados no histórico escolar do aluno.

§ 2º Para os cursos de pós-graduação lato sensu é permitida a realização apenas do Estágio Obrigatório.

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES



Art. 3º. Para os efeitos desta resolução:

- I. Estágio Curricular Supervisionado é ato educativo da Instituição de Ensino, como parte do processo de ensino-aprendizagem dos alunos e deve integrar a programação curricular e didático-pedagógica, por meio de plano de atividades, de forma a efetivar a unidade teórico-prática de cada curso;
- II. Estagiário é o aluno regularmente matriculado e frequentando curso compatível com a área de Estágio e apto ao desenvolvimento de atividades que integrem a programação curricular e didático-pedagógica de cada curso;
- III. Unidade Concedente de Estágio é a pessoa jurídica de direito privado e órgão da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes

da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional;

IV. Divisão de Estágios (ETG), vinculada à Diretoria de Ensino de Graduação (DEG), é responsável pela administração dos Estágios da UEM.

V. Coordenador de Estágio é o docente designado pelo departamento de lotação do Estágio;

VI. Orientador de Estágio é o docente da Instituição de Ensino com formação condizente e experiência na área do Estágio;

VII. Supervisor de Estágio é o profissional responsável pelo acompanhamento e supervisão do estagiário, no campo de Estágio, vinculado à unidade concedente.

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º Os Estágios devem ser formalizados por meio de Termo de Compromisso celebrado entre o estagiário, a unidade concedente do Estágio e a Instituição de Ensino.

Parágrafo único. É facultada a celebração de convênio ou termo de cooperação entre a unidade concedente e a Instituição de Ensino.

Art. 5º A organização dos Estágios envolve a DEG / ETG e a unidade concedente.

§ 1º Compete à DEG / ETG:

- I. administrar, organizar e integrar os Estágios da UEM;
- II. promover eventos de integração entre unidades concedentes de Estágio e a UEM.
- III. solicitar, quando for o caso, a renovação dos convênios estabelecidos com as unidades concedentes;
- IV. comunicar à parte concedente de Estágio, no início do período letivo, as datas de realização de avaliações escolares ou acadêmicas;
- V. celebrar Termo de Compromisso com a unidade concedente.

§ 2º À Unidade Concedente de Estágio cabe:

- I. ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- II. elaborar e executar com a Instituição de Ensino o plano de atividades do Estágio;
- III. indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 estagiários simultaneamente;
- IV. contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido em Termo de Compromisso;



V. por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do Estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI. manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de Estágio;

VII. acompanhar a elaboração de relatórios das atividades desenvolvidas pelo estagiário, vistoriando obrigatoriamente os mesmos;

VIII. fazer cumprir as normas de Estágio da UEM.

Parágrafo único. No caso de Estágio Obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro de que trata o Inciso IV do caput deste artigo pode, alternativamente, ser assumida pela Instituição de Ensino.

Art. 6º O Estágio deve propiciar a complementação do processo ensino-aprendizagem e ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com o projeto pedagógico e o regulamento de Estágio próprio de cada curso, observada a legislação vigente.

§ 1º Os Estágios devem ser realizados em área compatível com o curso no qual o aluno esteja matriculado, sendo expressamente vedado o exercício de qualquer outra atividade não relacionada à sua área de formação.

§ 2º O Estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

Art. 7º A carga horária e período de realização do Estágio Obrigatório é definido no projeto pedagógico do curso, observado o previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais e demais legislação pertinente.

Parágrafo único. O Estágio Obrigatório deve ser cumprido, preferencialmente, dentro dos períodos letivos regulares, exceto aquele que, pela sua especificidade e de acordo com sua natureza, exija realização em época específica diferenciada, conforme regulamento de Estágio.

Art. 8º O aluno pode propor um plano de Estágio Não-Obrigatório de acordo com o Projeto Político Pedagógico de cada curso.

§ 1º Somente pode realizar Estágio Não-Obrigatório aluno regularmente matriculado e frequentando efetivamente um curso de graduação.

§ 2º A jornada de atividade em Estágio Não-Obrigatório é definida de comum acordo entre a Instituição de Ensino, a Unidade Concedente e o aluno estagiário, devendo constar do Termo de Compromisso, ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:

I. seis horas diárias e trinta horas semanais;

II. o Estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, pode ter jornada de até 40 horas semanais, desde que previsto no projeto pedagógico do curso.

Art. 9º Em nenhuma hipótese pode ser cobrada do aluno qualquer taxa adicional referente às providências administrativas para a obtenção e realização do estágio.

Art. 10. O estagiário pode receber bolsa, ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de Estágio Não-Obrigatório.

Art. 11. O Estágio, proporcionado aos alunos com necessidades educacionais especiais, deve ser realizado em contexto semelhante àquele que atende aos demais alunos, levando-se em conta os seguintes requisitos:

I. compatibilização das habilidades da pessoa com necessidades educacionais especiais às exigências da função;

II. adaptação de equipamentos, ferramentas, máquinas e locais de Estágio às condições das pessoas com necessidades educacionais especiais, fornecendo recursos que visem a garantir a acessibilidade física e tecnológica e a prestação de assistência que se fizer necessária durante o período de Estágio.



Art. 12. O projeto pedagógico e o regulamento de Estágio de cada curso devem necessariamente:

- I. prever a realização dos Estágios Obrigatório e Não-Obrigatório;
- II. definir carga horária e período de realização do Estágio Obrigatório;
- III. prever, quando for o caso, a realização em época específica, diferenciado dos períodos letivos regulares, do Estágio Obrigatório;
- IV. estabelecer parâmetros para definição do número de coordenadores e orientadores no processo de Estágio;
- V. prever, quando for o caso, a equiparação ao Estágio Obrigatório, das atividades de extensão, de monitoria, de iniciação científica ou de prática profissional.

Parágrafo único. Para os cursos de licenciatura, as atividades de docência regular podem ter redução de carga horária do Estágio até no máximo de 200 horas, conforme estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação.

DA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 13. O Estágio deve ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador e por supervisor da Unidade Concedente por meio de relatórios das atividades desenvolvidas, encaminhados pelo estagiário à Instituição, em prazo não superior a seis meses, de acordo com o estabelecido no plano de Estágio com vista obrigatória da Unidade Concedente.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 14. O Estágio envolve o conselho acadêmico, o coordenador de Estágio, o orientador e o supervisor.

§ 1º Compete ao conselho acadêmico estabelecer diretrizes e definir o regulamento para os Estágios Curriculares Obrigatório e Não-Obrigatório.

§ 2º Ao coordenador de Estágio cabem as seguintes atribuições:

- I. providenciar o cadastramento de unidades concedentes que potencialmente apresentem condições de atender a programação curricular e didático-pedagógica da Instituição de Ensino, mantendo coerência com o projeto pedagógico do curso;
- II. providenciar junto aos departamentos a designação de professores orientadores;
- III. informar ao professor orientador sobre os procedimentos pedagógicos e regulamentares que devem ser adotados para a orientação do estagiário;
- IV. encaminhar os estagiários para os respectivos orientadores;
- V. informar e orientar os estagiários sobre os procedimentos pedagógicos e regulamentares que devem ser adotados para o estágio;
- VI. encaminhar os estagiários à ETG para a elaboração da documentação referente ao Estágio;
- VII. encaminhar à Diretoria de Assuntos Acadêmicos (DAA) os editais de notas e faltas de acordo com as informações recebidas do professor orientador;
- VIII. manter fluxo de informações relativas ao acompanhamento e desenvolvimento dos Estágios em andamento, bem como assegurar a socialização de informações junto às coordenações de curso e aos campos de Estágio;
- IX. zelar pelo cumprimento da legislação aplicável ao Estágio;
- X. garantir um processo de avaliação continuada da atividade de Estágio, envolvendo estagiários, orientadores, professores do curso, supervisores e/ou representantes dos campos de Estágio;
- XI. verificar se o perfil do supervisor de Estágio é compatível com o definido no regulamento de Estágio de cada curso.

§ 3º Ao orientador de Estágio cabem as seguintes atribuições:



- I. proceder a visita ao local de Estágio, quando necessário, sem prévio aviso;
- II. elaborar o plano de atividades e de acompanhamento do Estágio em conjunto com o estagiário e a Unidade Concedente, em consonância com o regulamento de Estágio de cada curso;
- III. orientar o estagiário no desenvolvimento das atividades de Estágio;
- IV. manter informado o coordenador de Estágio sobre o desenvolvimento das atividades;
- V. avaliar o desempenho do estagiário por meio do relatório de atividades, de acordo com o estabelecido no regulamento de Estágio de cada curso;
- VI. verificar e encaminhar ao coordenador de Estágio a documentação pertinente.

§ 4º Ao supervisor de Estágio cabem as seguintes atribuições:

- I. receber o estagiário e informá-lo sobre as normas do ambiente de Estágio;
- II. acompanhar as atividades desenvolvidas pelo estagiário;
- III. avaliar o desempenho do estagiário de acordo com o plano de atividades;
- IV. encaminhar a avaliação do estagiário ao orientador do Estágio;
- V. comunicar qualquer ocorrência de anormalidade no estágio ao orientador para as providências cabíveis.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15. A prorrogação dos Estágios contratados antes do início da vigência desta resolução apenas pode ocorrer se ajustadas às suas disposições.

Art. 16. Os cursos de graduação da UEM devem rever seus projetos pedagógicos e seus regulamentos de Estágio, para se adequarem ao disposto nesta resolução, ficando os conselhos acadêmicos responsáveis pelo encaminhamento da proposta de alteração, no prazo de 180 dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 17. Os casos omissos do presente regulamento são resolvidos pela Pró-Reitoria de Ensino, ouvido o coordenador de Estágio.

Art. 18. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução nº 027/2005-CEP e demais disposições em contrário.